

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 17 DE OUTUBRO DE 2014

NÚMERO 6.746

## MESA

Romildo Titon  
**PRESIDENTE**

Joares Ponticelli  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Aldo Schneider

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Moacir Sopelsa

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dóia Guglielmi

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E  
LIBERDADE**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Neodi Saretta  
Ana Paula Lima  
José Nei A. Ascari  
Narcizo Parisotto  
Jean Kuhlmann  
Aldo Schneider  
Mauro de Nadal

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente  
Eni Voltolini  
Volnei Morastoni  
Daniel Tozzo  
Paulo França  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente  
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente  
Maurício Eskudlark  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Eni Voltolini  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Serafim Venzon  
Ciro Roza  
Dirceu Dresch  
Renato Hinnig  
Angela Albino

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Taxista Voltolini  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Ada Faraco De Luca  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Maurício Eskudlark  
Angela Albino

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Ciro Roza  
Marcos Vieira  
Angela Albino  
Dirceu Dresch  
Luciane Carminatti  
Valmir Comin  
Renato Hinnig  
Antonio Aguiar

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dóia Guglielmi  
Narcizo Parisotto  
Dirceu Dresch  
José Nei A. Ascari  
Moacir Sopelsa

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Dirceu Dresch - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Daniel Tozzo  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente  
Taxista Voltolini  
Ciro Roza  
Ada Faraco De Luca  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente  
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Daniel Tozzo  
Valmir Comin  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Ana Paula Lima  
Eni Voltolini  
Renato Hinnig

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Ciro Roza  
Eni Voltolini  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Paulo França  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Ciro Roza  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Taxista Voltolini  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Paulo França  
Taxista Voltolini  
Valmir Comin

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Ada Faraco De Luca  
Dado Cherem  
Eni Voltolini  
Ana Paula Lima

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;"><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p style="text-align: center;"><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 084ª Sessão Ordinária realizada em 03/09/2014..... 2 Ata da 085ª Sessão Ordinária realizada em 03/09/2014..... 9 Ata da 024ª Sessão Extraordinária realizada em 03/09/2014..... 19 Ata da 025ª Sessão Extraordinária realizada em 03/09/2014..... 19</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa ..... 20</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata de Comissões Permanentes ... 21 Aviso de Licitação..... 22 Avisos de Resultado ..... 22 Extratos..... 22 Mensagem Governamental ..... 23 Ofício ..... 23 Portarias..... 23 Projetos de Lei..... 26 Redações Finais ..... 30</p>
---	--	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2014

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu venho usar este tempo para tecer alguns comentários a respeito da nossa campanha presidencial.

O Brasil está vivendo um momento novo com relação às eleições. O recado das urnas de junho do ano passado ainda reverbera e parece que vai chegar na ponta do dedo do eleitor nesta eleição. Os governos plantonistas que pensavam que com aquela ação de *marketing* pós *hashtag* estava tudo resolvido, que jogaram para lá, jogaram cá, começaram a falar em nova Constituição, reforma política. E manda para lá e manda para cá, acabou em nada e agora estão preocupados com o fenômeno Marina Silva.

Eu estava lendo, há pouco, no jornal, que a Marina já despontou com oito ou nove pontos na frente da candidata Dilma Rousseff, no Rio de Janeiro, e também já abriu a maior margem em São Paulo, abrindo quase 14 pontos.

E o que vejo? Vejo que o Partido dos Trabalhadores que vinha sempre, deputado Ismael dos Santos, naquele negócio de que o PSDB queria fazer a campanha do medo, colocar medo nas pessoas, a campanha do medo, como foi falado na campanha do Lula, da presidente Dilma, agora, esse mesmo PT

está com a campanha do medo, querendo colocar medo na população em relação ao furacão Marina Silva. Estão querendo dizer: "Façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço". Estão dizendo assim: "Nós não queremos que os outros façam a campanha do medo, mas agora estamos com medo, então vamos fazer a campanha do medo".

Mas fora isso, entendo que é um efeito natural do processo. Por quê? Porque a candidata Marina Silva incorporou, deputado Ismael dos Santos, a roupa que as pessoas traçaram, desenharam, para o próximo presidente, a qual não estava cabendo na presidente Dilma e que o candidato Aécio Neves não conseguiu vestir, porque não coube nele pela opinião pública. Mas agora a Marina Silva coloca.

É como aquela história de quando se vai a uma loja, coloca-se uma roupa e o vendedor diz: "Olha serviu, ficou boa, parece que foi feita para você." Agora entendo que a roupa desenhada, costurada pelas pessoas, tem a possibilidade de servir na Marina.

Quero fazer um registro especial, deputado Sandro Silva, do que ontem eu vi.

Fiquei muito frustrado como eleitor, agente político, como membro da imprensa, de não ver a presidente Dilma Rousseff ir à

emissora Globo dar explicações e respostas, igual a todos os outros candidatos que estão indo falar e responder. E ela não é um candidato qualquer, é a presidente da República, a qual está querendo buscar mais quatro anos, está querendo autorização do povo brasileiro. Mas simplesmente não foi ao Jornal Nacional, da Globo. Não sei por que não foi. Não sei por que estão escondendo os dados que saíram há poucos dias, os dados do Ministério da Educação.

O que está acontecendo que a presidente Dilma. Será que está correndo de falar, de responder? A presidente Dilma Rousseff está preocupada. O que lemos nos jornais é que existe uma preocupação grande do Palácio do Planalto. Mas o que está acontecendo? Por que uma presidente da República se recusa a ir responder perguntas de uma rede de televisão que está fazendo, dando espaço e criando a cidadania para todos os outros candidatos? Todos os outros candidatos foram lá responder, mas a presidente Dilma Rousseff não foi. Deixou o Brasil sem resposta.

Quero parabenizar a linha editorial do Jornal Nacional, da Globo, que colocou as perguntas que fariam para a presidente Dilma Rousseff, porque o Brasil ficou sem resposta.

O ex-presidente Lula prometeu erradicar o analfabetismo no país. Mas mesmo com os quase quatro anos do governo Dilma o analfabetismo, depois de muito tempo, cresceu no país. Qual é o problema de dizer isso? Qual é o problema de falar do "pibinho"? Qual é o problema de falar?

Então, vejo que isso é uma marca ruim do processo eleitoral, construído pela imprensa de quando uma presidente da República que quer mais quatro anos não vai a um canal de televisão, onde 95% das cidades brasileiras são cobertas por esse canal, para responder às perguntas que o Brasil quer saber.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. Ainda não sabemos o resultado das urnas, o que a população vai dizer. Mas sentimos que a preocupação da população é com repostas a problemas que o país enfrenta, como: combate à corrupção, à criminalidade, obras públicas com essa morosidade, obras paradas, desperdício com o dinheiro público.

Então, o que estamos vendo, sentimos e vivemos é uma angústia com referência a isso. Vemos que as pessoas querem dar a oportunidade aos governantes, àqueles que assumem um posto, a fazer essas mudanças, mas o tempo passa, e a população vai sentindo que as coisas não acontecem. Portanto, o descrédito é o sentimento que a população e nós estamos demonstrando.

Estamos vendo a questão das rodovias. Pode um estado como o nosso estar com sua ligação, por exemplo, com o resto do Brasil e principalmente com o Rio Grande do Sul quase que totalmente interrompido? A ponte de Iraí, na BR-158, do Rio Grande do Sul a Santa Catarina e vice-versa, precisou um cidadão ir lá, filmar aquela ponte, eis que quando os veículos passavam tinha uma movimentação muito perigosa, para daí o DNIT ir lá interditar e dizer que talvez daqui a seis

meses ou um ano vai resolver aquele problema, quando a ligação pela BR-153 também está quase totalmente paralisada com o Rio Grande do Sul.

Quanto à quarta pista no Morro dos Cavalos, faz dez anos que estamos discutindo, com 25 índios que vieram do Paraguai, se podemos fazer aquela ligação. Que país é este?

Então, vejo que isso é indignação do povo brasileiro. É indignação dos catarinenses. Precisa ver a revolta no oeste catarinense, o problema com as transportadoras, com os hotéis e restaurantes ao longo da via. Imagine uma via na qual passavam milhares de carros por dia hoje estar totalmente interdita.

A indignação é com a falta de respostas. Ou os políticos mudam essa situação ou a população muda os políticos. Portanto, estão buscando alternativas que não sei se é o melhor, mas a população quer outra alternativa, alguém que dê respostas.

Portanto, é compreensível o nosso sentimento como cidadão, o sentimento do povo brasileiro em razão da falta de respostas, em razão da burocracia, da morosidade, da criminalidade, enfim, de tudo que acontece neste país.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Eu estava pensando, deputado Sandro Silva, que somos novos ainda na democracia do país. Nós começamos há pouco, deputado José Milton Scheffer, a votar em presidente. Nós temos 30 e poucos anos de democracia no país. Não temos nem 40 anos.

Se observarmos, estamos em dois modelos ultimamente, pós-Collor veio o modelo PSDB e o modelo do Partido dos Trabalhadores. E o que eu vejo agora é que o eleitor está procurando uma terceira via ou um terceiro modelo.

Ora, venho de x anos de PSDB, depois, entrou o PT, melhorou, mas agora começou a piorar. Não quero voltar lá para onde já estava, então, vou dar o novo modelo.

O eleitor tem essa mobilidade e esse direito de escolher. O que não pode agora são os plantonistas do poder, quem está no plantão do poder, deputado Carlos Stüpp, querer fazer o jogo do medo, o jogo de tudo pelo poder.

Eu vi, deputado José Milton Scheffer, que a presidente Dilma Rousseff mandou tirar da gaveta, deputado Ismael dos Santos, a lei das igrejas. Tirou da gaveta a lei das igrejas para tentar estancar o crescimento da Marina, porque a Marina é da igreja. Então, vamos lá. O que eu vejo lá no Planalto? Uma turma que não está preocupada com o governo. Está preocupada somente com o poder. E vocês que estão nos assistindo, não percam, porque com certeza, na hora em que os nobres colegas do PT virem a ocupar esta tribuna aqui, vocês verão o desespero. Estou vendo ali o deputado Jailson Lima louco para falar e até quero ouvi-lo, porque é bonito de ver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero cumprimentar o deputado Padre Pedro Baldissera que preside esta

sessão, os nossos colegas deputados e deputadas.

Na última semana, aqui, em Florianópolis, aconteceu 34º Congresso Estadual dos Hospitais Filantrópicos e da Santa Casa. E tive o prazer de conversar com os dirigentes dos hospitais comunitários, filantrópicos, de Santa Catarina.

São 180 hospitais pequenos no nosso estado. Lá no oeste tem uma série desses hospitais, aqui no sul também, mantidos pela filantropia, pelo trabalho comunitário da sociedade e muitas vezes, num raio de 50 a 80 km, sendo a única porta que a população tem para correr num momento de urgência ou emergência.

Baseado nisso, há algum tempo, foi criado o projeto Saúde+10. E aqui em Santa Catarina, junto com diversas instituições, coletou-se mais de 180 mil assinaturas. Em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná foram cerca de dois milhões de assinaturas que deram origem a um projeto de iniciativa popular, n. 321/2013, já protocolado naquele ano na Câmara dos Deputados, na comissão de Legislação Participativa. Atualmente, esse projeto se encontra na comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, mas está andando com muita morosidade, justamente em um momento em que a população de Santa Catarina e do Brasil precisa de mais recursos para a saúde.

A Câmara dos Deputados trabalha num ritmo muito lento, porque não há interesse governamental em colocar mais dinheiro na saúde. Nos últimos anos o governo federal colocou apenas 4% do seu orçamento em saúde. E esse projeto prevê que sejam aplicados 10% dos recursos, oriundos dos impostos que nós todos pagamos, na saúde pública do Brasil.

Está escrito na Constituição de 1988 que os municípios gastariam 15%; hoje, a maioria deles na média, segundo a Fecam, está gastando 23%; o estado gastaria 12%, também gastando um pouco mais. E o governo federal não fez a sua parte.

Então, a população se uniu, criou um projeto de iniciativa popular, colocou na Câmara dos Deputados, mas esse projeto está andando num ritmo muito lento.

É indispensável, se quisermos melhorar a qualidade, o atendimento da saúde, ter mais recursos. O SUS é um sistema completo, é uma lei muito evoluída, mas é como se fosse um carro de luxo que não tem gasolina para andar. Talvez um carro Fiat Uno, bem preparado, com tanque cheio de gasolina, fosse mais longe. E isso tem causado um atraso no atendimento.

Tenho contato com pessoas com diagnóstico de câncer e outros problemas de saúde, esperando dez meses para serem atendidas. Eu tenho contato com pessoas que estão esperando três anos, na fila do SUS, em Santa Catarina, para serem atendidas. Algo está errado. É óbvio que precisamos de mais recursos. E o que falta é financiamento, prioridade por parte do Ministério da Saúde, eis que os nossos pequenos hospitais vivem de pires na mão, pedindo emendas, fazendo bingos, rifas, para poderem manter aquilo que na Constituição é obrigação do poder público.

Por isso, estamos juntos com a Federação de Hospitais de Santa Catarina, lançando um manifesto pela urgência na votação do Projeto n. 321/2013, de iniciativa

popular. Coletamos durante o 34º Congresso Estadual dos Hospitais Filantrópicos, ocorrido na última semana, em Santa Catarina, a assinatura de diversos líderes de hospitais de nosso estado e de outros estados do Brasil, pedindo urgência na votação desse projeto.

Quero aproveitar este momento, em que todos nós estamos visitando as cidades, as instituições, para nos comprometer com a nossa bancada federal, que na próxima segunda-feira vai estar reunida através da coordenação do deputado Esperidião Amin, em Criciúma, com os hospitais, para que a nossa bancada federal de Santa Catarina também incorpore essa prioridade, primeiro, em respeito a mais de dois milhões de brasileiros que pedem esse projeto e, depois, em respeito aos quase 200 milhões de brasileiros que aguardam por um atendimento digno, de qualidade, na saúde pública.

Não se faz saúde sem financiamento. E a tabela do SUS há mais de 20 anos não é reajustada. Hoje, um exame de sangue, se um de nós precisar fazer pelo SUS, o hospital vai receber R\$ 2,00, que é o preço de uma garrafa de 500 ml de água mineral. E na realidade esse exame custa R\$ 20,00. Quem está arcando com essa diferença? Os hospitais, os quais estão financiando aquilo que era para ser financiado pelo poder público.

Por isso, esse manifesto feito pela Frente Parlamentar em Defesa da Saúde de Santa Catarina, com o apoio da Federação dos Hospitais de Santa Catarina e Associação dos Hospitais de Santa Catarina, que também tem o aval de mais quatro estados brasileiros, que pedem a urgência na votação do Projeto de Lei n. 321/2013, que obriga o governo federal a colocar 10% dos seus impostos na saúde.

Isso é priorizar a saúde, o resto é proposta, é discurso para enganar a população, porque sem dinheiro não se faz saúde pública e gratuita para os nossos brasileiros. O momento é este, debatermos na campanha eleitoral quem prioriza e quem não prioriza a saúde ou apenas faz discurso. Quem prioriza vota a favor desse projeto de lei que obriga o governo federal a gastar 10% das suas receitas na saúde dos brasileiros.

Agradeço o espaço, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, e cumprimento todos os nossos pares e também a audiência da TVAL.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença do Sadi Vanderlei Bernardo, do Fernando Carvalho de Souza, do Clóvis Comonelo, vereadores da cidade de Saltinho, grandes amigos que estão fazendo encaminhamentos junto ao governo do estado.

Agradeço as suas presenças na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está feito o registro, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dando continuidade ao horário destinado aos Partidos Políticos, feita uma troca com o PMDB, neste momento usará a tribuna o PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, companheiros presentes nesta Casa, telespectadores da TVAL. E vamos fazer o bom debate sentando com o deputado Kennedy Nunes, como o deputado José Milton Scheffer já o fez.

Na realidade a boa aplicação dos recursos públicos, como estava na tribuna debatendo com relação à saúde no estado de Santa Catarina, para resolver o problema dos pequenos hospitais, nós fizemos uma série de reuniões com a própria associação...

É só reduzir o orçamento da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. E no ano passado já teria sobrado R\$ 329 milhões, deputado Dirceu Dresch. Iríamos fazer uma revolução, porque se gasta demais nessas quatro Casas.

Então, basta esta Casa aprovar o projeto de lei que está tramitando, inclusive o PP não assinou a CPI do Ministério Público, e poderia estar assinando, para investigar salários e ver os excessos que existem e que podem ser aplicados na saúde também.

Quero me resguardar a algumas palavras pronunciadas pelo deputado Maurício Eskudlark e pelo deputado Kennedy Nunes.

Já se falou em combate à corrupção, obras paradas, que as coisas não acontecem, também a questão das rodovias.

Nunca se combateu tanto a corrupção como neste governo. No período do FHC, o combate à corrupção, as investigações da Polícia Federal, não tinham nem combustível nos últimos três meses antes do presidente Lula assumir. E hoje são mais de 1.500 operações por mês de combate à corrupção e de levantamentos.

Deputado Kennedy Nunes, o nosso governo não tem nenhum problema de medo com a Marina, muito pelo contrário, nós temos é responsabilidade pública de continuarmos com o governo que permitiu e continua permitindo o avanço da população brasileira e do Brasil enquanto nação.

Quero só relembrar alguns dados, com toda a história que tem a candidata Marina, uma história belíssima, do ponto de vista da sua vida política e pessoal, do seu combate, da sua história de seringueiros. Mas neste país temos que ter mais responsabilidade, porque temos que lembrar que quando o presidente Lula assumiu este país era a décima terceira economia e hoje é a sétima economia. Falava-se que se o salário mínimo chegasse a 100 dólares este país iria parar, iria gerar desemprego.

No entanto, o governo Fernando Henrique Cardoso entregou o governo com 86 dólares e hoje está em 329 dólares o salário mínimo. E a população deste globo terrestre teve a maior evolução econômica, do ponto de vista de renda do trabalhador, em um período de dez anos. E nenhum outro país do mundo teve essa evolução.

Nós temos que lembrar, deputado Maurício Eskudlark, que só para este estado vieram R\$ 11 bilhões, para o governador Raimundo Colombo. Mas o governador e seus deputados sequer ousam dizer de onde vem esse dinheiro, agora, no período de campanha. Ninguém coloca a responsabilidade de quem repassa esse dinheiro.

Estão falando isso, porque o Partido dos Trabalhadores mostrou efetivamente que veio para mudar. Qual era a dívida pública deste país quando assumiu o presidente Lula? Todo mês, toda semana era risco Brasil, risco Brasil. E todo mundo se desesperava. O risco Brasil era quase 1.500 mil pontos; hoje, está em 220 pontos, e ninguém mais fala de risco Brasil, deputada Luciane Carminatti.

Então, deputado Kennedy Nunes, a nossa preocupação existe com relação a alguém que defende um Banco Central com autonomia, porque os banqueiros que reclamam hoje de intervenções... A população brasileira teve distribuição de renda com mais de 20 milhões que saíram da linha de miséria absoluta, vereador Nazareno Correa, da cidade de Capivari, que está presente nesta sessão. Este Brasil resolveu com o nosso governo, além de distribuir renda, fazer com que a população tivesse acesso a uma série de condições que antes não tinha.

Nós saímos de 22 milhões de passagens aéreas para 100 milhões de passagens aéreas no ano passado. Inclusive um empresário reclamou que o aeroporto virou rodoviária. Mas por que o povo não pode ter acesso aos aeroportos? Aeroporto era só para quem tinha dinheiro? E quando se fala que as estradas têm excesso de veículos é porque o trabalhador conseguiu comprar um veículo? Porque saímos de uma produção de 1.7 mil veículos para quase 3.8 mil veículos por ano. Logicamente o povo não tinha o acesso que hoje passa a ter.

Quando se fala em corrupção, deputado Maurício Eskudlark, e tenta-se colocar isso na Petrobras, mas a Petrobras, quando assumimos, valia 15 bilhões de dólares e hoje vale 115 bilhões de dólares. É essa a diferença. A Petrobras, além de servir como empresa pública, estava sendo privatizada com o nome de Petrobrax. Deputado Ismael dos Santos, até nome já tinham dado. E já estava com ações na Bolsa de Nova York para isso.

Estou colocando tudo isso, porque os programas e os avanços são tantos que não vamos nem comparar.

O governo Fernando Henrique Cardoso entregou o país com uma inflação média de 9,6% ao ano. Essa foi à inflação média dos oito anos. E temos mantido a taxa média de inflação, até o ano passado, de 5,8%, sempre abaixo das metas de inflação estabelecidas pelo governo.

São muitos os programas que permitiram que esse povo tivesse o acesso que nunca teve. São 6.500% em educação infantil. Eu sou médico e falo do Programa Mais Médicos com muito orgulho. Inclusive agora estão botando nas redes sociais: "Cuidem-se, porque a presidente Dilma quer trazer 40 mil especialistas."

Tenho orgulho do programa, sim, porque primeiro que não havia 14 mil médicos para atender ao Programa Mais Médicos. Hoje há médicos em Guaramirim, em Presidente Nereu, em Lontras, em muitos municípios. E agora estão faltando especialistas no país. Na reumatologia, que é uma especialidade que faço, contamos nos dedos quantos temos, assim como neurologistas, ortopedistas ou cirurgiões cardíacos.

Quem sabe param com a história de ter que comprar número no SUS. Inclusive prenderam um funcionário desta Casa, ontem, que tinha uma estrutura montada para furar fila

do SUS, mandando para Curitiba, para o Hospital Angelina Caron. Quer dizer, por que mandar para o Paraná, se o nosso estado recebe recursos para isso? Temos o hospital Regional, que está na propaganda eleitoral. Esse hospital está com a UTI faltando pessoal, mas está prestação de serviços.

É esse o debate que temos que fazer. Isso não é temer, porque o PT não tem medo do seu governo. Nós o defendemos com orgulho, com bandeira, com inclusão social, com educação, com Mais Médicos que atende a 50 milhões de brasileiros hoje e não desempregou nenhum médico. Porque o Mais Médicos, inclusive, passou a necessitar de mais especialistas pelos diagnósticos precoces que estão sendo feitos. E esta semana foi feito um diagnóstico de leucemia de um paciente de Frei Rogério, por um médico Cubano, inclusive o paciente já tinha ido a vários médicos e nada havia sido diagnosticado.

Então, não temos medo de fazer esse debate, deputado Kennedy Nunes, muito menos com a Marina, que é uma grande companheira egressa do Partido dos Trabalhadores.

Agora, um Banco Central autônomo significa um banco de controle de um país para os banqueiros. E quando o Santander diz que a Dilma representava risco, qual foi o país do mundo que o Santander mais teve lucro nos últimos seis anos, deputado Nilson Gonçalves? Foi o Brasil! Não foi nenhum país europeu, não foi na Espanha, onde é a origem desse banco.

Quando se fala que temos que controlar a demanda e a inflação com controle de demanda só há uma forma: aumentar a taxa de juros e reduzir o poder aquisitivo da população brasileira. Não há outra engenharia. E cabe a um governo sério, responsável, fazer das suas instituições públicas estrutura de fomento da economia brasileira para a geração de emprego e renda, papel que passaram a ter a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Deputado Kennedy Nunes, como v.exa. acha que o Brasil, com sua dimensão, saiu de 68 milhões de toneladas de grãos para 188 milhões, em dez anos? Esse investimento foi fruto só da boa vontade do agronegócio brasileiro ou teve fomento do governo para essa produção?

Quando o Lula assumiu o Brasil tinha R\$ 2 bilhões para a agricultura familiar e hoje são R\$ 26 bilhões. Santa Catarina recebeu este ano o que o Brasil tinha para agricultura familiar há dez anos. Essas são diferenças que falo, logicamente, sem nenhum temor.

Este país não teria o Programa Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, com certo fundamentalismo, do ponto de vista ambiental, sem perder a sustentabilidade e sem perder a ternura, se não tivéssemos um governo com uma visão macro, uma visão para frente, do país que queremos que seja respeitado como é internacionalmente, com um governo que faz políticas públicas para a sociedade brasileira como um todo e não apenas para a elite ou para meia dúzia, como era antes.

Por isso, deputado Kennedy Nunes, é sempre com muita tranquilidade que fazemos esse bom debate com v.exa., nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos pertencem ao PMDB.

Na ausência de oradores PMDB, passaremos ao horário do PSDB.

(Pausa)

Na ausência de oradores do PSDB, passaremos ao horário do DEM.

Na ausência de oradores do DEM, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s.: 0128/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, e 0183/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, e que os mesmos terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário, e que será arquivado, ao Ofício n. 0234/2014.

Comunica ainda que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0386/2014, 0397/2014, 0507/2014, 0533/2014 e 0590/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0218/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0245/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0442/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s.: 409, de autoria da deputada Angela Albino; 410, 411, 412, 413 e 414, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 736 e 737, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 738, de autoria do deputado Ciro Roza; 739, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 740, 741, de autoria da deputada Angela Albino.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu queria, rapidamente, como mulher e como militante de esquerda, abraçar fraternalmente a Derlei, que viveu um dos momentos mais fortes na vida de um ser humano.

Esta semana, em depoimento à comissão Nacional da Verdade, Derlei ficou frente a frente com um dos seus torturadores. E uma das menções que ela fez foi de que era tanta palmatória que de noite não tinha

condições de comer de tanto pus que saía das feridas que ficavam na sua mão.

Uma colega nossa de Parlamento e uma grande mulher que não desistiu da luta pela democracia, uma grande mulher que enfrentou esta semana um momento muito difícil, que merece a nossa solidariedade e os nossos cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 742 e 743, de autoria da deputada Angela Albino; 744, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 745, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 746, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Pedido de Informação n. 56, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, pedindo informações referentes aos municípios catarinenses que foram fiscalizados pelos auditores fiscais da secretaria de estado da Fazenda no período de 01/01/2014 a 01/08/2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu queria fazer um registro e um requerimento verbal de que acabo de saber, deputados Nilson Gonçalves e Sandro Silva, do falecimento do nosso amigo e meu particular amigo irmão Rubens Mello.

Ele foi meu chefe, meu patrão na Rádio Cultura durante muitos anos. Dez atrás, depois de um acidente de automóvel, ele ficou paraplégico. E agora a Paulina, a sua filha, acabou de me passar uma mensagem dizendo que ele acabou de falecer, e faleceu dormindo. Ou seja, descansou em paz.

Então, quero, muito consternado, fazer o registro do falecimento desse meu grande parceiro, irmão, amigo, conselheiro Rubens Mello, que na última vez que estive na sua casa pude ainda conversar um pouco com ele enquanto caminhava ao redor da piscina da sua casa com a cadeira de roda.

Que a família Mello, os dois filhos, o genro, o neto, a esposa possam receber o conforto de Deus nesta hora. E nós, amigos, o que podemos ficar de lembrança dele é do grande e divertido parceiro que, além de ser proprietário da Rádio Cultura e da 91 FM, também tinha várias sociedades, entre elas a loja da Peugeot, em Joinville.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Da mesma forma, sr. presidente,

quero transmitir e deixar registrado aqui os meus sentimentos à família de Rubens Mello. Ele é uma pessoa que conheço há muito tempo. Ao longo desses 32 anos de profissão como radialista, foi o único patrão que me mandou embora, mas um dos poucos amigos que fiz ao longo da carreira de dirigente. De dirigentes de rádio, foi um dos poucos grandes amigos que eu tive. Mesmo depois disso, nós nos tornamos grandes amigos.

Acompanhamos aquele episódio e ficamos extremamente entristecidos por ver o que aconteceu com Rubens Mello. Para mim foi uma grande surpresa saber agora da sua morte, até porque a impressão que se tinha é que ele, mesmo naquela situação de paraplégico, estava gozando de muita saúde.

Fica aqui também registrado, sr. presidente, o meu sentimento, juntamente com o deputado Kennedy Nunes. E certamente pedimos à Casa, ou até verbalmente, que encaminhe aos familiares os nossos votos de pesar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, determinamos à assessoria da Mesa Diretora que faça o encaminhamento de votos de condolências pelo falecimento do sr. Rubens Mello.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e estimados catarinenses que acompanham esta sessão, inicialmente, queremos lamentar que no dia de ontem tivemos problemas em diversas cidades catarinenses em função dos temporais que causaram destelhamentos e alagamentos no estado. Uma chuva forte atingiu várias cidades como: Fraiburgo, onde bombeiros atenderam mais de 30 ocorrências; São Joaquim; Chapecó; Xanxerê, onde, segundo o Corpo de Bombeiros daquele município, seis casas, em quatro bairros da cidade, foram destelhadas devido à chuva e ao vento.

Enfim, uma série de problemas aconteceram ontem e queremos fazer este registro e pedir a ação da Defesa Civil Estadual para que, junto com Defesa Civil desses municípios, possa providenciar os atendimentos e auxílios necessários para que seja minimizado esse prejuízo fruto desses temporais e o excesso de chuva que aconteceu especialmente na tarde e noite de ontem.

Portanto, fica aqui o nosso apelo à Defesa Civil para que possa agir com rapidez e auxiliar também os municípios que foram atingidos.

Há outro assunto que gostaria de registrar. Falou-se em rodovias paralisadas, e quero reforçar isso porque há uma situação que já levantei diversas vezes na tribuna e é quase inacreditável o que está acontecendo.

Na rodovia SC-355, que liga Jaborá a Concórdia, temos uma situação que é quase inacreditável. Eu não sei se o governador está sabendo disso, mas foi falado tantas vezes nesta tribuna, deputado Reno Caramori, dessa rodovia, fizemos documentos, já deram milhares de entrevistas e ela continua paralisada desde o final do ano passado. Uma empresa estava fazendo a revitalização, mas parou e ficaram muitos buracos deixando a rodovia realmente intransitável. Já aconteceram muitos acidentes, muitas vezes falaram em

fechá-la e agora os moradores anunciaram para nesta ou na próxima semana haverá uma paralisação para o fechamento daquela rodovia. Inclusive, nem precisa ser fechada porque hoje não se tem mais como transitar por lá devido aos buracos.

Então, mais uma vez, venho a esta tribuna apelar à secretaria de Infraestrutura estadual, ao Deinfra e ao governo do estado para que tomem com urgência uma providência.

Faz mais de quatro meses que eu ouço que a quinta ou sexta colocada do processo licitatório vai assumir. Dias atrás o secretário Regional falou que até o final de agosto haveria uma solução. Nós já adentramos em setembro e até agora não houve solução. É lamentável aquela rodovia estadual estar daquele jeito.

É por isso, deputado Kennedy Nunes, que há o descrédito. Tem que ser dito a este governo do estado que se precisa resolver isso. E, muito mais do que no fundamentalismo - e alguns querem transformar a eleição num fundamentalismo religioso -, temos que pensar nesses problemas concretos do dia a dia que a população está enfrentando.

Aquela rodovia é um caso grave que precisa de solução com rapidez. E não é somente esse rodovia estadual que liga Jaborá a Concórdia que está nessa situação. Há uma série de outras rodovias, principalmente na região do meio-oeste, que temos percorrido e visto lá as grandes dificuldades.

Também queremos reforçar, mais uma vez, o pedido de agilidade ao DNIT a respeito da recuperação da BR-153 que está em andamento. Em função das grandes chuvas do mês de junho aconteceram enormes desmoronamentos na localidade de Campina da Alegria, na Vargem Bonita. Há uma empresa trabalhando e já foram aterrados 11m daquela cratera que se abriu. Sei que há uma equipe grande trabalhando, mas há um apelo para que o DNIT possa ver junto à empresa que está executando o serviço a possibilidade de dobrar a capacidade de máquinas e gente trabalhando para reabrir a BR-153 naquele trecho. Há um desvio por estrada de chão, inclusive dias atrás passei por ele, e por lá passam muitos caminhões pesados com muita dificuldade.

Então, o nosso apelo é para que o DNIT possa, junto com a empresa que está executando aquela obra, fazer uma ação no sentido de aumentar muito mais a equipe que está lá trabalhando para liberar a BR-153, que é uma rodovia importantíssima.

Queremos fazer esses registros porque percebemos que a nossa infraestrutura estadual precisa de melhorias, as nossas rodovias precisam de agilidade. Há sempre aquele problema: algumas empresas começam a execução da obra e, às vezes, depois a abandonam, como aconteceu com essa obra de Jaborá a Concórdia; outras fazem em ritmo muito lento; e isso tudo, com certeza, ajuda a fortalecer essa onda de descrédito que há junto à população.

Então, apelamos que essas obras sejam feitas com mais agilidade para que haja realmente uma solução.

No ano passado, no mês de novembro de 2013, fizemos um pedido ao DNIT para fazer a verificação da estrutura da ponte localizada na BR-158, entre os municípios de Palmitos, Santa Catarina e Iraí, no Rio Grande do Sul, que apresentava falhas de segurança. E agora o DNIT anunciou que nos próximos dias

deverá ser parcialmente reaberta essa ponte que estava interrompida. Ainda está anunciando esse prazo, que esse é o prazo necessário para o reforço de tubulações e fundações naquela ponte.

Então, deixamos também esse registro de que está em andamento, mas que é preciso realmente agilidade e colocar equipes grandes de trabalho nessa região para que se possa realmente fazer essas obras andarem.

Sabemos que há falta de mão-de-obra, mas temos outro lado positivo, que é o chamado pleno emprego. As empresas também alegam que não há mais muitos funcionários para colocar trabalhando, mas é preciso que as empresas que venceram a licitação façam essas obras com agilidade.

V.Exas. conhecem, com certeza, o trecho de Jaborá a Concórdia e sabem que a situação lá é extremamente lastimável. Na sua região de Fraiburgo, Videira e Treze Tílias, deputado, há obras que tinham que estar num ritmo maior. E com certeza o apelo que fizemos é para que essas obras possam de fato andar com agilidade.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Neodi Saretta, v.exa. tem toda razão. Eu lamento quando um governo acredita nos seus comandados e os comandados não desenvolvem na plenitude as suas atividades.

O secretário do Deinfra é que deve dar as devidas explicações sobre a situação dessas rodovias. Porque se eu tenho uma empresa, sou o diretor presidente dela, acredito nos meus servidores e eles fazem alguma coisa ruim, vai acabar estourando no presidente da empresa. E assim ocorreu e acabou penalizando o nosso governador pelo excesso de confiança que ele teve em atribuir as funções ao seu secretariado que não deu conta do recado. Essa é a grande verdade.

V.Exa. tem toda razão, e o governador está muito preocupado com isso.

Tenho conversado com o governador Raimundo Colombo que está ajustando, agora, com o novo secretário do Deinfra, a prática burocrática para dar prosseguimento àquelas obras.

Nós tínhamos obras sem licitações, sem orçamento, tínhamos obras com ordem de serviço entregue sem o licenciamento ambiental. Então, são coisas elementares que não podem acontecer no governo.

O governador Raimundo Colombo está consciente, está buscando uma solução para isso. Ele está consciente do prejuízo que o estado está dando aos nossos coestaduanos e ao povo que transita. Agora, ter que responsabilizar o secretário.

Quanto à ponte do Iraí e Palmitos, realmente é problemático, inclusive agora com limitação de peso para a travessia daquela ponte. Temos também outro trecho, na 153, onde há dois meses aquela chuvarada levou um trecho muito grande da pista e jogou todo o trânsito para a BR-116, criando uma série de problemas.

V.Exa. tem toda razão no seu comentário.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado Reno Caramori, pela sua manifestação e sua intervenção. Esperamos

então que de fato as providências sejam tomadas para que essas rodovias tenham a sua liberação, para que possa ter esse trabalho feito com agilidade, que é o que esperam os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo horário pertence ao deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Uma saudação a todos os nossos parlamentares, colegas, sr. presidente, a todos que nos acompanham.

Eu também estive passando pela região do alto vale, principalmente por aquele trajeto de Rio do Campo a Taió. Que história aquilo lá, que história!

Aquela rodovia era para estar pronta há um bom tempo, pois foi promessa do governador e do secretário de Infraestrutura. Agora, vimos uma Kombi por lá, de uma empresa, tirando algumas fotos, mas não tinha mais máquina. A comunidade, inclusive a regional, está ameaçando fechar a rodovia nos próximos dias, porque não tem explicação.

Nesta caminhada que rodamos o estado em muitos municípios, comecei a visualizar este desgoverno que está aí. Eu não pude estar em São Carlos na última sexta-feira, onde teve uma audiência pública sobre o tema energia elétrica. E ali também se percebe a falta de seriedade nos investimentos na economia catarinense. É a mesma situação no oeste, com o problema da falta de estrutura energética para o nosso estado se desenvolver e crescer. Há também no planalto norte o problema da morosidade dos investimentos, assim como no alto vale e em outras regiões do sul, que se encontram na mesma situação.

Então, isso não dá mais para levar no discurso. O presidente da Celesc, e estive lá com ele, está novamente criando expectativas para 2015, 2016, 2017 e vai indo. É isso que ele vem fazendo nesses últimos tempos, onde há grandes investimentos.

O deputado Jailson Lima citava aqui os investimentos do Pronaf. Em Santa Catarina, tivemos um investimento que era de 2002 para o Brasil, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que atua nessa área da agricultura. O que vinha do Pronaf para o Brasil em 2002, nessa última safra, foi aplicado em Santa Catarina.

O nosso estado é pequeno. E aí necessariamente os agricultores estão investindo no Pronaf mais alimentos, onde o estado entra com o recurso do Pronaf, paga o juro, depois, do final da prestação, em oito anos, dez anos. O estado entra com a questão do juro, e a energia não dá conta. Nós precisamos de trifásico no interior. Não tem mais jeito, pois o bifásico não dá mais conta, é uma estrutura de 30 anos atrás.

Então, vamos continuar cobrando esses investimentos, continuar defendendo o desenvolvimento do nosso estado. Fala-se tanto do nosso estado que está muito bem, mas não é verdade! Talvez muita gente não vai ao interior, não vai visitar os pequenos municípios e ver o que está acontecendo lá com as rodovias estaduais e com a energia elétrica.

Ontem eu trouxe a esta tribuna o problema das cisternas com o recolhimento de águas da chuva, para as nossas famílias de baixa renda, que têm um problema seriíssimo.

Inclusive hoje está protocolado nos órgãos responsáveis de fiscalização, ou seja, no Tribunal de Contas, Ministério Público Estadual e Federal, pois queremos que isso seja apurado.

É isso que está acontecendo em nosso estado, e não podemos tapar o sol com a peneira. Temos problemas gravíssimos na infraestrutura que com certeza comprometem o desenvolvimento do nosso estado para o futuro, de não construir e gerar infraestrutura suficiente, no tema da energia, no tema das estradas para os nossos pequenos municípios, especialmente para a nossa agricultura familiar.

Então é isso, e estamos trazendo o tema a esta tribuna, no dia de hoje, e cobrando mais uma vez. Vamos continuar fazendo isso enquanto não resolvermos os problemas da energia elétrica no nosso estado. Não é possível que mais uma vez milhares de agricultores precisem fazer investimentos, buscar financiamentos para comprar geradores, porque hoje está faltando energia, com apagões em comunidades, principalmente em comunidades do interior do nosso estado.

Os agricultores estão perdendo frango, leite, fumo, e nós vamos continuar batendo nessa tecla, enquanto não se resolver esse problema.

Não temos dúvida de que precisamos de mais investimentos, mas o que estamos percebendo é que investem muitos recursos para manter cargos de apadrinhados políticos, de alianças - esperamos que isso não piore ainda mais o nosso estado - e não se investe na vida da população, lá nas estradas, na saúde, onde temos milhares de pessoas nas filas.

Aqui se fala somente na tabela SUS. Mas não é só isso. Existem outros problemas graves. As filas para cirurgias, nos hospitais de Santa Catarina, são muito grandes. E isso dá para resolver com outras políticas e também com a participação do estado.

Vamos continuar aqui na luta, trabalhando, cobrando, em nome da população catarinense que me pediu agora, quando fui para os municípios. Lá o prefeito do Rio do Campo, por exemplo, pediu ajuda.

Não é possível que um município pequeno como Rio do Campo, Santa Terezinha, outros municípios e a população que anda por aquela região continuar vivendo de promessas. E aquela rodovia está mais uma vez abandonada, porque a empresa foi embora. Isso ocorre em Jaborá, ocorre também em Papanduva e em outras regiões do estado.

Então, o nosso estado precisa de resolução imediata e urgente para esses grandes gargalos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria inicialmente de parabenizar o povo Blumenauense pelos seus 164 anos celebrados ontem, quando participamos de um belíssimo desfile, pelo menos de parte dele.

Blumenau foi fundada em 1850, pelo dr. Blumenau, portanto, completou ontem, 02 de setembro, os seus 164 anos de pujaça, por determinação dos pioneiros e também

daqueles que hoje, a atual geração, constroem e continuam desenvolvendo a cidade.

Registro também os meus votos de sucesso ao novo presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, dr. Ildo Rosa, com vasta experiência na Polícia Federal, já com ampla contribuição ao Conselho Estadual e agora assume as rédeas desse importante conselho no estado de Santa Catarina. E quero aqui ratificar os meus votos de sucesso a essa nova gestão do Conselho Estadual de Entorpecentes.

Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, faço questão de citar sua titulação, porque diz respeito à temática que quero abordar neste momento.

Fiquei estarecido diante da informação que nos chega, através da imprensa nacional, de que o Conad, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, está com uma resolução que repousa sobre a mesa da presidente Dilma Rousseff. Essa resolução será assinada por Vitore Maximiano, presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas neste país. Aliás, parabenizo, deputado Padre Pedro Baldissera, a presidente Dilma Rousseff pelo programa Crack, É Possível Vencer, que hoje oferece 7,5 mil vagas, em todo território nacional, em comunidades terapêuticas. Lembrando que o programa catarinense Reviver já está oferecendo em torno de mil vagas em diferentes regiões do estado de Santa Catarina.

O que diz essa resolução que está nas mãos da presidente Dilma Rousseff para sua decisão e normatização? Esperamos que isso não aconteça. Queremos registrar primeiro a nossa surpresa desagradável, mas também o nosso protesto. Por quê?

Ora, todos nós sabemos, e eu trabalho há pelo menos 25 anos com comunidades terapêuticas, desde que ajudamos a fundar o CTV, Centro Terapêutico Vida, em Blumenau, por onde já passaram mais de 2,5 mil jovens, e as comunidades terapêuticas hoje, deputado Sargento Amauri Soares, em torno de uma centena no estado de Santa Catarina, trabalham basicamente sob quatro pilares: a convivência entre pares, a chamada terapia ocupacional, o resgate de princípios e de valores e o quarto que nunca omitimos, pelo contrário, na imprensa, na mídia, nesta tribuna, nos discursos que fazemos sempre enfatizamos, é o pilar da espiritualidade. E pasmem os senhores, pois essa resolução do Conad, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, quer impedir o elemento espiritualidade na reabilitação dos dependentes químicos. Aonde vamos chegar sem o resgate desses princípios, desses valores?

Eu gostaria que o sr. Vitore Maximiano pudesse me mostrar números, resultados, de qualquer pessoa que tenha superado a dependência química sem essa perspectiva da espiritualidade. Eu acredito que os números são reduzidos, e para cada número que ele apresentar eu, com certeza, vou apresentar dez mil que conseguiram superar a dependência química se firmando em valores da espiritualidade.

É claro que o discurso que subjaz a essa questão é no sentido de que vivemos num país laico, mas é preciso entender que um país laico é aquele que tem uma posição neutra no campo religioso, não apoiando essa ou aquela orientação específica. Agora, isso não significa que o estado tenha o direito de impedir, ou de

limitar, ou de intervir na ação religiosa nas comunidades terapêuticas. Nós não podemos, em hipótese alguma, admitir esse tipo de intervenção. O estado é laico, é verdade, mas as pessoas não o são, deputado Padre Baldissera, elas têm absoluta liberdade de fazer a sua opção.

E aí quero lançar aqui uma pergunta ao sr. Vitore Maximiano, presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Droga: a quem interessa esse tipo de atitude? A quem interessa esse tipo de normativa? A quem interessa essa postura antiDeus? A quem interessa uma democracia antirreligiosa? Vamos mostrar números!

Nas comunidades terapêuticas, aqueles que acompanham o programa e que de forma espontânea aderem ganhar esse programa, ali participam seis, sete, oito e até nove meses em regime de internato. Dessas comunidades terapêuticas, temos hoje uma oferta de três mil em todo o estado de Santa Catarina. E os números que temos daqueles que permanecem os nove meses ou os seis meses de um programa terapêutico alcança um índice de 65% a 70% de reabilitação, graças exatamente a esses pilares: da convivência entre os pares, da terapia ocupacional, do acompanhamento psicológico, médico, de assistentes sociais, de técnicos, de monitores, do resgate de princípios e valores, mas de forma fundamental a perspectiva da espiritualidade.

Eu me lembro de quando David Wilkerson, um dos pioneiros desse trabalho, há mais de meio século, nos Estados Unidos, trouxe o modelo para o Brasil, depois, surgiram várias comunidades. E é bom lembrar aqui que essas comunidades, 80% ou até mais delas, estão ligadas a instituições religiosas, seja igreja católica, espírita, maçonaria, como temos em Porto União, e as igrejas evangélicas. E, portanto, essas comunidades precisam ter, sim, preservados o seu direito de fazer a sua atuação do ponto de vista religioso, do ponto de vista da espiritualidade.

Por isso, queremos aqui registrar a nossa volta, a nossa indignação, e vamos fazer o encaminhamento oficial desta Casa, posicionando-nos contrários a essa postura do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, encaminhando, inclusive, à presidente Dilma Rousseff que está agora com essa resolução em mãos para tomar uma decisão, para que não caia nessa armadilha, nessa arapuca, porque não é por aí que vamos conseguir dar resposta à questão da drogadição no país.

No estado de Santa Catarina os números estão em 40 mil usuários de crack. Mais de 700 mil dependentes de álcool passaram pelos serviços de saúde mental dos nossos municípios.

Com certeza é aprimorando o trabalho das comunidades terapêuticas, como o programa Reviver vem fazendo, através da Fapesc, Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Santa Catarina, dando cursos, monitorando os nossos técnicos dando condições, inclusive físicas, estruturais, para que elas possam cumprir a sua missão, é que vamos contribuir certamente por uma Santa Catarina sem drogas.

Obrigado, sr. presidente!

Srs. deputados era essa a manifestação que gostaríamos de registrar esta manhã.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros pares deputados, quem nos acompanha aqui nesta manhã de quarta-feira e também pela TVAL e Rádio Digital.

Eu estive ouvindo parte dos debates na parte manhã, bastante acalorados, que levavam para posições políticas e, inclusive, no campo eleitoral aqui nesta tribuna. E isso me inspirou a falar também a respeito de outro assunto com outro enfoque, com outra entonação, porque não vou fazer aqui a anticampanha contra "a", contra "b", contra "c", contra "d" nem a campanha a favor de um ou de outro, ou de uma ou de outra, até porque acho que as duas posturas não são próprias para esta tribuna.

Quero também fazer uma reflexão sobre o processo eleitoral, as relações políticas e econômicas que se misturam neste país, na minha avaliação, em detrimento da maioria do povo, porque a julgar por quem são os financiadores das campanhas, e diria especialmente daquelas campanhas com mais possibilidade de vitória, independente de quem ganha, o programa será bastante parecido do ponto de vista macroeconômico.

Também nem vou citar e duvido que a grande imprensa publique no mês de novembro quem foi que doou e para quem nessa campanha eleitoral. Está-se publicando agora na primeira parcial, quando as coisas ainda não apareceram, mas vão aparecer os bancos, as empreiteiras, o agronegócio. Isso é o que vai aparecer, fora aquilo que fica à margem da lei.

Eu não acredito que possa ter neste país ou em qualquer parte do mundo um empreendimento capitalista, eu não sou da área, mas me permito entender um pouquinho de economia, que tenha uma margem de lucro capaz de permitir o financiamento de milhões de reais para campanhas eleitorais. Aliás, um dos problemas do capitalismo é que justamente a margem de lucro vai diminuindo cada vez mais, tem que se fazer um empreendimento cada vez maior para se ter um rendimento do mesmo tamanho, proporcionalmente. E isso faz com que os pequenos percam a possibilidade de competir e só fiquem os monopólios.

Mas quero frisar isso, ou seja, que quero conhecer qual é o empreendimento capitalista, que neste país ou em qualquer parte da terra, que produz uma mercadoria, que produz um bem de consumo real e efetivo, que possa ter uma margem de lucro que permita doar milhões para campanhas eleitorais. O que quero dizer com isso é que não saem da produção material, ou seja, tem alguma coisa nesse processo.

As empreiteiras, os banqueiros e o agronegócio estão e vão financiar a maioria das campanhas eleitorais, ou pelo menos é isso que vai aparecer lá no papel. De onde vem o dinheiro é um mistério que parece que a inteligência das nossas instituições não consegue alcançar. E aí a soberania popular, aquela que está lá na Constituição, que é a vontade maior, a determinação maior, a ordem superior, a vontade do povo, a soberania popular, fica aviltada, rebaixada ao festival de propaganda garantida por recursos de origem

sei lá qual. Mas, repito, duvido que seja da produção real.

Qual é a taxa de lucro que permite doar milhões para campanha eleitoral neste país ou em qualquer lugar do mundo? Portanto, esses mesmos setores da economia vão continuar mandando na macroeconomia nos próximos anos, se uma ou um dos pretensos favoritos ganharem a eleição.

A reforma política só vai acontecer se nascer das bases da sociedade.

Quero aqui aplaudir os militantes sociais que estão realizando plebiscito popular pela Constituinte soberana, para tratar da reforma política, porque só se sair das bases e só se for desvinculada daquele Congresso Nacional que está lá para ter autonomia, para efetivamente fazer uma reforma política que interesse à maioria da nossa população, porque o Congresso Nacional majoritariamente, financiado pelas empreiteiras, pelos banqueiros e pelo agronegócio, não quer uma reforma política que mude isso, porque esses setores da economia querem continuar mandando nos deputados e também nos governos. Apoiamos e queremos parabenizar toda a militância que está organizando o plebiscito popular pela Constituinte exclusiva da reforma política.

É preciso também, sim, uma reforma tributária neste país, que todos falam e ninguém faz. Aliás, faz em fatias, para beneficiar justamente os monopólios.

Quem paga imposto neste país é a classe trabalhadora, os consumidores e os pequenos e médios empresários. Os monopólios cada vez pagam menos ou não pagam. Essa é a realidade. O que precisamos é de uma reforma política que tribute as grandes fortunas, que tribute pesadamente a reserva de lucro para o exterior e que isente os agricultores, os pequenos empresários, o dono da padaria lá do bairro, porque a indústria automobilística não precisa mais pagar a sua cota parte, a sua contrapartida, inclusive, da contribuição previdenciária de 11%. Mas a padaria do meu bairro, o mercadinho do meu bairro, têm que pagar. Tem cinco, seis ou dez funcionários, mas tem que pagar os 11% da contribuição previdenciária. A indústria automobilística e os outros monopólios não pagam. Então, a reforma tributária que tem que ser feita em fatias é uma contrarreforma para ajudar os já poderosos, em detrimento dos trabalhadores, dos consumidores e dos pequenos empreendimentos.

A política de transporte neste país só vem para provar que nas últimas cinco décadas todos os governos foram submissos aos interesses da indústria automobilística. Carregar uma carga de produto primário, quatro mil quilômetros sobre um caminhão, a carga nem vale tanto quanto a viagem, em termos econômicos, nem em termos sociais e muito menos em termos ambientais.

Quanto a reconstruir a margem ferroviária, eu espero ainda ver alguma coisa efetiva e prática nesse sentido, enquanto eu estiver com vida, porque apenas se fala, mas efetivamente as coisas ficam nas palavras.

Também é preciso transporte coletivo gratuito, porque é a única forma de desafogar e descongestionar as grandes cidades que paralisam a vida, que engessam a produção e que provocam prejuízo para o conjunto da sociedade e não apenas para um setor.

Esse é o debate que precisa ser feito nessa eleição. Esse e outros debates é que

seriam necessários nesse processo eleitoral, mas não está sendo feito, porque quem financia as principais campanhas dos grandes partidos e, infelizmente, da maioria dos pequenos são justamente aqueles que querem deixar tudo como está. E, repito, as empreiteiras, os banqueiros e o agronegócio querem que continuem tudo assim do jeito que está. E estão financiando a maioria dos que serão eleitos. E aí a gente de fato e efetivamente percebe entristecido que a soberania popular fica diminuída. E nessa campanha o que nós temos que fazer, além de pedir o apoio e o voto, é convidar as pessoas, os trabalhadores e, especialmente, a juventude a vir participar da política, para que a gente consiga resgatar a boa forma de fazer política, o que está se perdendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Inscrito o deputado Sílvio Dreveck, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, quero falar sobre um assunto que tem sido questionado, quero crer não só para mim, mas também para outros colegas deputados, a respeito da nosso controle de velocidade nas rodovias estaduais, federais e municipais.

Eu fiz um projeto nesta Casa para padronizar, porque isso é uma verdadeira arapuca. Estão falando aqui da falta de padronização do controle de velocidade nas rodovias, uma hora o limite é 40km/h, outra hora é 60km/h, depois 80km/h.

Na BR-280, no trevo de Três Barras, antes de entrar na rotatória, o limite é 40km/h. Logo depois de uns 30m, o limite já é 50km/h. Isso acontece em várias rodovias. Não tem como não pagar multa, porque não existe padronização.

Então, dei entrada a um projeto nesta Casa para resolver essa questão, mas considerado inconstitucional, porque quem controla isso é o Denatran, o governo federal. Infelizmente, precisamos, através dos deputados federais, fazer alguma coisa quanto a isso. A maioria da população utiliza as estradas e isso

é um instrumento de arrecadar receita. E não estou falando deste governo, pois isso já vem de muito tempo.

Na BR-101, no trecho norte a velocidade limite é 100km/h e no trecho sul a velocidade limite é 110km/h. Podem dizer que o trecho norte é mais perigoso, mas não é o que me consta. Tem a questão da tolerância de 10% para não pagar multa. Num trecho com velocidade limite de 100km/h, se trafegar a 109km/h já está pagando a multa.

Então, quero debater esse assunto no sentido de que algum candidato possa assumir esse compromisso. O deputado Sargento Amauri Soares já apresentou projeto também e defende essa questão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado.

Curiosamente a câmara municipal de Blumenau e de outras cidades já estabeleceram o padrão de 50km/h com relação ao estado. Então, precisamos julgar nesse pacto federativo, bem como muitas outras questões de distribuição de poderes também além da divisão dos recursos do imposto arrecadado.

Quero parabenizar v.exa. por trazer esse assunto. É preciso fiscalizar com responsabilidade e não criar ou fomentar a indústria da multa. Ando por todas as rodovias federais em Santa Catarina e vejo absurdos como na BR-280, que v.exa. citou, pois se tornou uma estrada de trânsito local da região e onde passa muitas riquezas indústrias e agrárias para o porto. Então, analisar a situação ali é difícil.

Tenho família no Alto Vale e posso citar ali duas lombadas eletrônicas. Uma delas tem salvado vidas, porque ali era muito comum ocorrer acidentes com caminhão na descida da serra. Depois que foi colocado o limite de 60km/h melhorou. Mas, em outros lugares, esse mesmo equipamento provoca equipamentos, porque, com o efeito sanfona perto de uma curva, isso evita que quem está

ultrapassando possa voltar para a sua pista. Então, prende todo mundo ali e acaba ocorrendo acidente.

Assim, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento. É preciso que discutamos melhor isso e que as autoridades de trânsito dêem mais atenção aos pronunciamentos dos parlamentares, porque estão circulando pelo estado e estão ouvindo da sociedade quais são os problemas.

Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento de conteúdo, até porque conhece com profundidade essa questão. É bem verdade que o controle tem que existir porque há pontos críticos e se não houve o limite de velocidade acidentes podem ocorrer. Mas precisamos continuar na defesa para padronizar isso e não virar uma indústria da multa, como disse.

Cito o exemplo do centro de Curitiba ao aeroporto em São José dos Pinhais, em cuja velocidade permitida é 60km/h do início ao fim. Então o motorista sabe que se ultrapassar pagará multa. Mas se há pouca distância mudar o limite, acaba mentalizando aquilo e de repente muda de novo. Fica confuso e o motorista acaba levando multa. Vira a indústria da multa para fazer receita. Esse assunto merece debate tanto na esfera estadual, quanto federal. Essa é uma reivindicação da população e espero que possamos construir, juntos, esse grande desafio que temos pela frente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra aos srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queria se pronunciar, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 085ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2014

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Quero lembrar aos nobres srs. deputados que nesta tarde vamos estar aqui votando a licença do governador e do vice-governador. Então, portanto, os deputados se façam presentes no plenário, para a votação.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero aproveitar para dar a notícia que repercutiu nesta tribuna, deputado presidente desta sessão, Kennedy Nunes, já que v.exa. me anunciou como deputado de Concórdia e tenho orgulho de ser de Concórdia, de ter sido prefeito daquela cidade.

Concórdia tem cinco empresas entre as maiores do Brasil. Saiu agora recentemente o *ranking* das 500 maiores empresa dos estados do sul do país, e Santa Catarina tem 116

dessas maiores empresas: Joinville com 19; Florianópolis com 13; Blumenau com dez; Brusque com cinco; Concórdia com cinco; Itajaí com cinco; São Bento do Sul com cinco; Caçador com quatro; Criciúma com quatro e São José com quatro.

Quero fazer essa referência, citar o número de todas elas e nominar especificamente as cinco de Concórdia: BRF, Copercarga, Conlog - Concórdia Logística S.A, Seta Engenharia, Beneficência Camiliana do Sul. Faço esse registro porque julgo importante também essas empresas catarinenses estarem entre as maiores do país.

Sr. presidente e srs. deputados, quero repercutir também aqui nesta tribuna um assunto importante relacionado à produção do leite em Santa Catarina. Hoje a bacia leiteira catarinense é importantíssima na economia de nosso estado e também para as famílias catarinenses que atuam nessa atividade. Foi anunciado agora nesses dias que os governos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná formaram uma aliança para a produção do leite, objetivando dar capacitação e assistência aos 300 mil produtores que produzem 10,8 milhões de litros por ano, constituindo-se na segunda maior região produtora do país.

Eu julgo isso importante, porque nos últimos dias houve notícias de algumas dificuldades e de alguns problemas na investigação do Ministério Público e do Ministério do Abastecimento da Agricultura e Pecuária, apontando, em alguns casos, localizadamente alterações do produto. Isso é um fato lamentável, mas que tem que ser expurgado, separado, para não prejudicar essa grande cadeia produtiva que temos aqui nos estados do sul, que produzem leite de excelente qualidade, que não podem ser misturados. Esse é um problema que pode ter acontecido localizadamente, mas que tem que ser investigado e tem que ser superado.

Gostaria de destacar também que em termos de Brasil a região que mais cresce em produtividade é formada pelo oeste de Santa Catarina, noroeste do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná. É justamente essa região que tem uma bacia leiteira muito forte. Assim sendo, é a região que mais cresce em produtividade no Brasil. Inclusive, no último domingo tive a oportunidade de estar numa comunidade rural, chamada Linha São Lourenço, no interior do município de Jaborá, terra onde dei os primeiros passos na minha vida.

Vemos a importância da produção do leite para a sobrevivência das famílias no oeste de Santa Catarina. Muitos ali estão tendo uma melhoria sensível na condição econômica exatamente em função do leite. Tem sido uma fonte de renda importante para muitas famílias catarinenses, sem contar também que é um alimento fundamental para todos.

Essas regiões que citei, o oeste de Santa Catarina, o noroeste do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná, têm o clima favorável, a mão de obra qualificada, enfim, condições realmente propícias para a bacia leiteira ter esse bom desenvolvimento dos últimos tempos.

Gostaria de destacar ainda que uma taxa de crescimento média de 8,6% ao ano faz com que Santa Catarina se destaque como o quinto produtor nacional de leite, responsável por praticamente 8% da produção no Brasil,

com 80 mil famílias rurais envolvidas, principalmente em pequenas propriedades de agricultores familiares, ou seja, mais de 60% das propriedades têm área menor que 20he. Esse é um dado importante. Trata-se de uma característica principalmente de Santa Catarina. As pequenas propriedades têm na produção do leite uma importante fonte de recursos. Temos que destacar isso, porque faz parte da economia catarinense.

É importante ressaltar e homenagear assim os pequenos agricultores e produtores, as pessoas que estão e permanecem na agricultura, seja na produção agrícola ou de leite, na avicultura, na suinocultura, e que fazem de Santa Catarina um estado pujante. Então, queremos fazer esse registro de forma extremamente positiva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero apenas para dar boas-vindas ao grupo Cartão Postal de Santa Catarina que faz sucesso há mais de 25 anos no sul catarinense e nos prestigia, visitando esta Casa. E tem contribuído muito para a cultura e o lazer neste estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, primeiramente, gostaria de externar os meus sentimentos de condolências aos familiares de Rubens Mello, cuja morte ficamos sabendo no dia de hoje através de v.exa., que recebeu pela sua rede social a informação. Queremos de pronto deixar registrado aqui o nosso sentimento pela morte do Rubens Mello, uma pessoa querida, muito conhecida em Joinville, que já há muitos anos vinha com problemas em decorrência de um grave acidente de carro ocorrido na nossa região.

Quero citar também a iniciativa da prefeitura de São Francisco do Sul, anunciando o agendamento de mais de 300 cirurgias de cataratas, das quais 200 seriam reservadas para pacientes de São Francisco do Sul.

Também vejo que Barra do Sul, Campo Alegre, Schroeder, Guaramirim aderiram a esse mutirão. Para mim é motivo de muita satisfação, porque sou autor da lei que obriga o estado e não os municípios a procederem ao mutirão de cataratas todos os anos. E, infelizmente, nós não vimos esse mutirão todos os anos, através da secretaria de Estado da Saúde, mas vejo a iniciativa através dos municípios, o que de certa forma me deixa contente, porque nós queremos na verdade é que se resolva, pelo menos em parte, esse problema.

Hoje, pela manhã, sr. presidente, foi arquivado um projeto de minha autoria, o de n. 183/2014, que dispõe sobre o atendimento aos usuários pelas concessionárias de pedágios em rodovias localizadas no Estado de Santa Catarina. É um projeto simples e que na verdade tratava de defender os interesses de catarinenses, de usuários de rodovias em Santa Catarina. Eu dei entrada nesse projeto, porque sou deputado de Santa Catarina e entendo que sou representante dos catari-

nenses e, por essa razão, tenho que dar entrada aqui em projetos que venham ao encontro de defesa dessas pessoas. Mas infelizmente o meu projeto foi considerado inconstitucional.

"Art. 1º As reclamações e pedidos de informação apresentados pelos usuários às concessionárias de pedágio em rodovias localizadas no Estado de Santa Catarina serão processados, devendo ser obrigatoriamente fornecido ao interessado, no início de atendimento, o número de protocolo numérico sequencial, com a finalidade de acompanhar as medidas relativas à demanda dos usuários, por meio de central de atendimento telefônico ou outros meios digitais.

Parágrafo único - O número de protocolo de que trata o *caput* deste artigo deve ser obrigatoriamente enviado ao usuário, no prazo de 24 horas (vinte e quatro horas) após a sua geração, preferencialmente via correio ou, por opção do usuário, mediante mensagem de texto a ser enviada por intermédio de telefone móvel ou por correio eletrônico.

Art. 2º As concessionárias de que trata o art. 1º desta Lei deverão dar respostas conclusivas às reclamações e aos pedidos de informação apresentados pelos usuários, no prazo de 30 dias, a contar da sua formalização(...)." [sic]

Às vezes, fico me perguntando: Você faz um projeto e este é inconstitucional porque é da área do município, diz respeito ao município, ou é inconstitucional porque diz respeito à área federal. É inconstitucional, porque a empresa que trabalha aqui é regida pelo contrato tal. Nós aprovamos tanta coisa aqui que poderia ser inconstitucional. Por exemplo, aprovamos na semana passada um pedido para fiscalizar uma prefeitura de um determinado município. Foi aprovado aqui um requerimento para fiscalizar a prefeitura.

Se for entrar no mérito da questão a fiscalização da prefeitura é realizada pelos vereadores. E não temos que nos meter nisso aqui. Nós temos que fiscalizar o governo do estado. Essa seria a nossa função, fiscalizar os atos do Poder Executivo em nível estadual. O vereador fiscaliza os atos do Poder Executivo em nível municipal.

No entanto, aprovamos aqui, se não estou enganado, a segunda petição para que seja fiscalizada a prefeitura. E por incrível que pareça foi aprovado aqui e encaminhado, se não estou enganado, para o Tribunal de Contas, não sei o que foi, e de lá veio a resposta que estavam pautando para fazer a dita auditoria.

Então, fico me perguntando o que é constitucional e o que não é constitucional. Aí um pedido desses que faço aqui, que é para atender ao interesse do cidadão catarinense, que usa uma rodovia não no Paraná, não no Rio Grande do Sul, mas em Santa Catarina, para facilitar a vida desse cidadão que reclama de alguma coisa, que tem algum tipo de problema com determinada empresa, no caso os pedágios, aí o meu projeto capota, vai para o arquivo, porque é inconstitucional. Difícil, mas água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Nós continuaremos aqui tentando e tentando.

Estava falando pela manhã, sr. presidente, sobre a questão do problema de saúde desse nosso país. E foi feita uma pesquisa agora, bem recente, lá no município

de Joinville, para os cidadãos joinvilenses: Qual é a maior reclamação que o joinvilense, minha cidade de Joinville, tem, cidade com mais de 500 mil habitantes? Qual é a maior reclamação, o que é que mais preocupa? Em primeiro lugar, disparadíssimo, problema de saúde. Está em terceiro o problema de segurança, mas o problema de saúde saiu disparado em primeiro lugar. Caos total!

Eu nem discordo disso, porque estive e vou, às vezes, em qualquer dos hospitais de Joinville, principalmente o de São José, e fico até estrangido de entrar lá, porque é um verdadeiro hospital de guerra, parece que estamos entrando no Iraque, no Afeganistão. São filas e filas de macas pelos corredores. E muitas vezes fica o pessoal do Corpo de Bombeiros, do Samu, com a viatura parada do lado de fora, esperando o paciente desocupar a maca onde está instalado, para que a viatura possa se deslocar para outros atendimentos, muitas vezes deixando de atender a outras pessoas, porque a maca está sendo utilizada pelo paciente que ainda não foi atendido, ou que está marcado para ser atendido lá dentro do hospital São José.

Por que acontece isso? Existem muitas razões para esse problema da saúde pública nesse nosso país. Não é Joinville, não é Florianópolis, você vai a qualquer lugar e tem esse tipo de problema. Existem muitas razões, e nós podemos inclusive incluir nas nossas razões as razões culturais. Porque aqui bebemos e comemos o que tiver pela frente, no final de semana. Toma-se cerveja como se toma água, come-se churrasco bem gordo como se come uma salada de frutas. E depois daquele problema que é natural de dar no cidadão aonde ele vai parar? No hospital! Bebe feito um condenado, precisa ir embora, pega o carro, dá uma porretada, quebra uma meia dúzia, morre dois, quebra cinco. Vai aonde? Vai para o hospital.

Então temos que colocar também no problema de saúde pública deste país o nosso problema cultural, os nossos hábitos e os nossos costumes que colaboram para que tenhamos uma saúde tão deficitária.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves!

Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência suspende a sessão até as 15h, quando entraremos no horário dos Partidos Políticos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nós temos tratado de muitos assuntos nesta Casa. Nesta semana já falamos sobre a questão da segurança pública, área na qual o estado tem investido muito, e é importante esse investimento. É claro que também precisa de outras políticas públicas para melhorar a segurança, a vida do cidadão e da cidadã catarinense. E um dos fatores importantes nessa questão da segurança

pública que eu vejo é a evolução da legislação penal junto com aquilo que se quer, que é a paz social. Estamos vendo esse caso que está na mídia com muita repercussão, de um homicida, um cidadão violento que foi liberado e que voltou a praticar crimes.

Eu, nesses mais de 30 anos de atividade policial, quando analiso, vejo o crime praticado por um ato eventual, num momento impensado, por um erro da pessoa, e esse é um fato rapidamente solucionável, com a sua recuperação.

Quem não é voltado para o crime, que comete um erro, automaticamente vai se arrepender depois, vai querer que esse fato não ocorra mais, mas quem tem a índole voltada para o crime vira um criminoso contumaz. Ocorre esse problema na questão, principalmente, do estupro, em que o autor desse crime é uma pessoa voltada a praticar esse tipo de crime e, se liberado, fatalmente - uma boa parte deles - volta a praticá-lo.

Então, a Justiça tem que encontrar formas de separar, de individualizar, de tratar as pessoas que têm a índole voltada para a criminalidade de forma diferente daquelas que cometem um crime, um erro eventual e que não são criminosos contumazes no estrito rito da lei.

Também atendi esta semana, volto a reafirmar, muitos aprovados do concurso da Polícia Civil, foram mais de 8.000 aprovados. Na verdade, são 364 vagas, se não estiver errado, para um concurso que teve mais de 21.000 inscritos, 21.000 candidatos ao concurso da Polícia Civil do estado de Santa Catarina para 364 vagas. E a grande reivindicação dos mais de 8.000 candidatos que atingiram média é que o maior número seja chamado para fazer o teste físico, as demais etapas do concurso e que possam ser aproveitadas nessas vagas que estão abertas e nas vagas que possam vir a surgir.

Existe um estudo, um projeto que iniciamos aqui, no mês de abril, da promoção automática, da evolução dentro da carreira não da forma como ocorre hoje, quando abrem-se oito, seis ou dez vagas, um sistema que desestimula o policial, porque ele não tem perspectiva de promoção, mas através do novo sistema que já foi discutido com as secretarias da Administração e da Fazenda, quando será adotada a promoção automática. Quer dizer, preenchidos os requisitos, no primeiro ano haveria uma promoção e depois, a cada três anos, uma promoção. Ou seja, aos 19 anos de carreira o agente policial ou a agente policial estaria no final da carreira.

Então, aplicando esse sistema, abrem-se as vagas necessárias para que também na Polícia Civil o governo do estado possa fazer concursos tantos quantos têm feito na Polícia Militar. Na Polícia Civil há esse impedimento legal, ou seja, se não há vagas em aberto, não se pode fazer o concurso. E aplicando esse novo sistema de promoção, com certeza teríamos uma carreira rápida e motivadora para os policiais. E teríamos também a abertura de novas vagas que seriam preenchidas por candidatos além do número previsto no último edital. E poderiam ser aproveitados os candidatos que fizeram o último concurso.

Então, dos oito mil aprovados, poder-se-ia chamar mais candidatos, mais policiais, na medida em que as vagas fossem abrindo. Serão mais candidatos e mais policiais para o preenchimento dessas vagas.

Entendo que há como o estado e a própria secretaria encontrar a forma legal do preenchimento dessas vagas e com isso ajudar na melhora da segurança pública.

Outro assunto que gostaria de abordar, aproveitando o tempo do nosso partido, é um artigo que li no jornal *A Notícia*, no dia de hoje, que diz o seguinte: "Depressão não é frescura." É um artigo de autoria da psicóloga clínica Inajara Freitas Villar Paiva. E digo isso para todas as pessoas e também para os funcionários que exercem atividade policial.

Implementamos, há alguns anos, na Polícia Civil, um serviço de acompanhamento psicológico. A atividade policial, pela sua natureza, por lidar com pessoas agredidas, expõe o servidor todos os dias a problemas, a debates, a pessoas feridas, ameaçadas, vítimas e com atendimento aos familiares das vítimas.

Segundo todas as pesquisas médicas mundiais, a atividade policial é uma das mais estressantes.

Como tivemos, num determinado período, um número bastante grande de suicídios, num ano chegamos a ter cinco suicídios de policiais civis, esse caso foi estudado e na época foi implementado o serviço de atendimento psicológico da Polícia Civil, que procura atender o policial e seus familiares.

Hoje li este artigo que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"A recente morte de Robin Williams traz à tona a questão de uma doença que atinge mais de 350 milhões de pessoas no mundo, a depressão. Quem imagina que o ator de 63 anos, ganhador de Oscar e protagonista de vários magníficos filmes, obras-primas nas quais deixa sempre mensagens de esperança e de respeito ao ser humano, passava por sofrimento tão intenso, a ponto de tirar a própria vida? Eis aí a importância de se conscientizar sobre o que vem a ser essa doença reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como um mal que acomete grande parte da população. Sim, doença de ordem mental, que, se não tratada a tempo, poderá ter desfecho muito triste, como o suicídio, devido ao grande sofrimento psíquico gerado.[...]"[sic]

Então, a depressão, todos sabemos, é um problema grave que afeta a nossa sociedade. Muitas vezes as pessoas não entendem, principalmente depois que ocorreu um suicídio ou uma tentativa de suicídio, como é que aquela pessoa pensou nessa hipótese para resolver o problema da sua vida.

Mas realmente a depressão é uma doença forte, tem que ser compreendida e a pessoa que está com o problema tem que ser tratada.

Há algum tempo se entendia a depressão como uma frescura. Como é que uma pessoa, que muitas vezes tem condições financeiras, um bom emprego, acaba sendo levada a praticar o suicídio?

Então, essa é uma doença que tem que ser tratada. Em todas as profissões existe esse problema, mas é claro que em algumas com maior intensidade. E não é o caso da profissão do Robin Williams, mas são os problemas que fazem as pessoas perderem o gosto pela vida, levando-as a praticar um ato de desespero. Porque o suicídio não é um ato de coragem. O suicídio é um ato de fuga que é

praticado porque a pessoa não encontra outro caminho e entende que, tirando a sua própria vida, vai resolver aquele problema.

Portanto, a depressão é uma questão a ser estudada, principalmente nas profissões que levam a esse tipo de desgaste mental.

Eu vejo que muitas famílias, depois que ocorre o fato lamentável do suicídio, dizem: "Ah, mas eu não acredito, isso foi alguém que fez, ele tinha tudo: emprego, carro, patrimônio, e veio a praticar esse ato".

Então, é um problema que, quem tem, precisa saber expor e buscar tratamento, e é um problema que quem tem alguém na família, ou percebe uma mudança de comportamento numa pessoa, tem que atentar para esse detalhe.

Eu já falei sobre isso várias vezes, até porque Balneário Camboriú, uma das cidades melhores do mundo para se viver, com qualidade de vida, é uma das cidades com maior número de suicídios. E o suicídio acontece em razão da depressão.

Então, qualidade de vida não quer dizer nada. Muitas vezes a qualidade de vida é que leva a pessoa a sentir que chegou a algum ponto e não tem para onde caminhar. Até as pessoas com maiores dificuldades financeiras, as famílias com maiores dificuldades financeiras não enfrentam tanto esse problema. Estão ali, talvez, mais acostumadas às dificuldades, ao seu sofrimento, a transpor situações complicadas. Mas aquelas pessoas que talvez achem que deveriam ir mais longe, que a felicidade é algo mais distante, mais complexo, acabam sendo levadas ao suicídio.

Então, preocupa, sim, a questão, e o estado tem que investir no tratamento da depressão, que é uma doença que precisa de tratamento e que, como alguns diziam, não é frescura.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, quero trazer a esta tribuna uma decisão importante sobre a área da saúde, já que temos tantas vezes cobrado ações nessa área da saúde.

Quero trazer a informação de que o ministério da Saúde acaba de incluir na tabela do Sistema Único da Saúde - SUS - o novo procedimento de quimioterapia para tumores estomacais gastrointestinal para pacientes atendidos no Sistema Único de Saúde. Esse é um avanço importante, porque hoje na área do tratamento do câncer o Sistema Único de Saúde tem procurado ampliar os atendimentos não só no atendimento inicial, mas no medicamento e também para evitar o retorno do tumor.

A partir de agora, inclusive, a rede passa a contar com o uso do medicamento apropriado, nesse caso específico, para a quimioterapia. E a estimativa é de que um número razoável grande de pacientes seja beneficiado com esse medicamento e esse novo tratamento, através do SUS.

Ainda no mês de julho, deste ano, o ministério da Saúde publicou uma portaria de

atualização de protocolo clínico das diretrizes terapêuticas desse tratamento gastrointestinal. E nessa atualização foi mantido o uso desse medicamento que está sendo incluído agora também na relação dos medicamentos formados, servidos e fornecidos pelo SUS.

É importante destacar também que com a inclusão desse procedimento na tabela de procedimentos e medicamentos, os serviços podem registrar e faturar o procedimento ofertado e receber pelos atendimentos realizados, sendo medicamentos adquiridos pelo ministério da Saúde e fornecidos pelas secretarias estaduais aos hospitais credenciados pelo SUS.

É importante realmente que o nosso Sistema Único de Saúde, o maior plano de saúde do mundo, possa de fato incorporar esses novos medicamentos, esses novos tratamentos, para que aqueles que infelizmente são acometidos por esses tumores, ou até mesmo por algum tipo de necessidade de medicamentos de uso contínuo, possam incorporar essas novas tecnologias.

Nós cada vez mais precisamos que as áreas públicas, das três esferas, municipal, estadual e federal, empenhem-se para fornecer o melhor serviço de saúde possível à população que clama sempre por melhorias nessa área.

Quero também, srs. presidente, aproveitar o tempo que nos resta para me somar também àqueles que estão lutando para a ampliação do número de classificados e para a chamada de mais policiais.

Mesmo no período que não tinha sessão, fizemos um documento, uma indicação, solicitando ao governo do estado e à secretaria de estado da Segurança Pública o aumento do número de classificados para a segunda fase do concurso da Polícia Civil, deputado Maurício Eskudlark que também abordou esse assunto.

Sabemos que a segurança pública precisa de reforço tanto na área da Polícia Civil quanto na área da Polícia Militar; precisa de melhor estrutura, melhor equipamento, melhor pessoal. Isso é importante e fundamental.

Os orçamentos destinados para a área de segurança em Santa Catarina ainda não são aqueles que se espera para que de fato possa dar os instrumentos necessários e as condições para a Polícia Civil e para a Polícia Militar atuarem com todas as condições e fazerem o melhor trabalho possível.

Por fim, sr. presidente, quero também registrar que falamos muitas vezes desta tribuna dos bombeiros em Santa Catarina, da defesa. E quero trazer a esta Casa também um pedido que fizemos ao governo do estado, para que auxilie, de maneira geral, todas as corporações de bombeiros, mas de forma específica aqui encaminhamos pela situação de dificuldade do Corpo de Bombeiros Voluntários do município de Seara, que teve uma demanda judicial, arcou com recurso bastante elevado e precisa de socorro, de recursos.

Então, estamos solicitando que o estado possa olhar com muita atenção para os bombeiros do município de Seara e que possa de fato garantir recursos para aquela corporação. Aliás, o trabalho do bombeiro é importante no estado afora. Temos o bombeiro militar, o bombeiro voluntário, o bombeiro comunitário. Ainda bem que temos esse auxílio dos comunitários, dos voluntários, porque senão teríamos a grande maioria das cidades de Santa Catarina totalmente desassistidas.

Então, é importante que o governo do estado também contribua com essas entidades, na sua manutenção.

Eram essas as nossas manifestações, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

(Pausa)

Com a desistência do PP, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Com a desistência do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Com a desistência do PMDB, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

Deputados, após o término do pronunciamento do deputado Sandro Silva, está à mesa um requerimento assinado por todos os líderes dos partidos, solicitando a suspensão desta sessão, para que possa se manifestar o sr. Ademir Magagnin, prefeito de Cocal do Sul, sobre o lançamento do evento II COCAL FEST, que acontecerá entre 24 e 28 de setembro.

Então, logo depois estaremos suspendendo a sessão, tendo em vista que os partidos ainda estão em suas reuniões de bancada. Portanto, não estão presentes.

Agora, sim, com a palavra o deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Digital e quem nos acompanha pelas galerias, quero mais uma vez compartilhar do assunto explanado pelo deputado Maurício Eskudlark sobre a questão de como as pessoas tratam a depressão como frescura. Mas de fato a depressão leva muitas pessoas ao suicídio, deputado Maurício Eskudlark.

Eu tenho um tio que se suicidou em função da depressão. Durante três anos a minha esposa teve depressão gravíssima. E só quem tem na família é que sabe o quanto isso judia, maltrata a pessoa e a família, porque a família fica na vigília dessa pessoa que precisa de acompanhamento e que fica, na maioria das vezes, à base de medicamentos, para que encontre em algum momento uma saída.

Graças a Deus, hoje a minha esposa está livre desse mal, mas foram três anos de sofrimento. Inclusive em 2008 passei uma campanha eleitoral com ela no fundo da cama, com depressão. Por isso, sou solidário, pois essa é uma doença invisível, é o mal do século, porque a cobrança da sociedade é muito grande e às vezes as pessoas têm que se adaptar e quando não atingem as expectativas acabam se deprimindo e sofrendo com esse mal.

Quero também falar de Joinville, pois ontem e hoje os jornais noticiaram uma nova licitação para os radares de Joinville. E nós queremos que essa licitação seja exitosa, porque desde que os radares foram desativados em Joinville os acidentes de trânsito nos locais onde existiam acabaram aumentando. E se sente mais essa falta onde

justamente é mais necessário, que é na frente dos colégios.

Então, não sei se por descaso ou por incompetência de quem faz as licitações, em Joinville, estamos há quase um ano sem esses equipamentos que alguns chamam de indústria de multa. Mas não pensamos assim, pois o radar está ali justamente para controlar a velocidade. Esperamos, então, que essa licitação seja exitosa, para que as crianças, os colégios e os locais perigosos tenham essa vigilância, para que não tenhamos mais acidentes graves, com vítimas fatais, como estamos tendo após a retirada desses radares lá em Joinville.

Quero também saudar o Adriano Ribeiro que faz parte de todo esse debate que estamos fazendo devido à criação da Região Metropolitana em Florianópolis e em Joinville. São debates importantes que teremos que fazer daqui para frente, pois trataremos também da saúde como um todo para toda a região, a questão do transporte metropolitano e a questão da segurança de forma metropolitana também. Então, é importante esse debate e essa votação que acredito que será feita hoje na nossa Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 14 minutos. Infelizmente, por decisão de s.exa. mesmo acabou não querendo sair candidato nessas eleições. Vamos sentir falta da sua presença.

O SR. DEPUTADO EDSON ANDRINO - Sr. presidente e srs. deputados, como não estou disputando as eleições, gostaria de dizer que vou ratear os meus votos entre todos os deputados desta Casa para que sejam reconduzidos ao Parlamento de Santa Catarina.

Gostaria de dizer que hoje será votado um projeto importante para a região da Grande Florianópolis, que é exatamente a criação da região metropolitana. Esse é um assunto que por várias vezes já abordamos no plenário desta Casa.

Já em 1986, quando tive a honra de assumir a prefeitura municipal de Florianópolis, vi a dificuldade que existe em resolver os problemas do município, se não tratar integralmente com toda a região da Grande Florianópolis as questões de saneamento básico, transporte coletivo, coleta de lixo.

Precisamos fazer isso aqui, até para podermos levar essa experiência para outras regiões de Santa Catarina. Precisamos desse embrião, que seria a criação da região metropolitana de Florianópolis. Vejam que o aglomerado urbano da Capital é muito grande. Temos mais de um milhão de habitantes na região da Grande Florianópolis. E não conseguimos resolver os problemas de transporte coletivo de Florianópolis, se não houver a integração com São José, Palhoça e Biguaçu. Também para que seja implantado o sistema de transporte marítimo é preciso haver essa integração. O cidadão que mora em Coqueiros, para ir para uma praia de Santa Catarina, precisa vir a Florianópolis, para depois pegar outro ônibus. Então, precisamos integrar o sistema de transporte coletivo.

Quanto ao saneamento, não adiante resolver o problema de esgoto de Biguaçu,

Palhoça, Imaruí, se não for de forma integral. Florianópolis tem sistema de esgoto, mas nos outros municípios a situação é precária, daí os ventos norte e sul trazem as águas poluídas de lá para cá. Então, precisamos resolver integralmente a questão do saneamento básico das cidades que compõem a região metropolitana.

Outro assunto importante é o financiamento internacional, que são realizados para grandes aglomerados urbanos. O BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento -, o Banco Mundial têm financiamento para resolver essas questões de maneira integrada. Por isso, o projeto tem uma importância muito grande. E hoje votaremos esse projeto.

Com a criação das secretarias regionais, extinguiu-se a região metropolitana. Mas secretaria regional é diferente de região metropolitana. A primeira tem função meramente administrativa, da execução de obras; já a região metropolitana trata da questão institucional, e aí resolveremos muitos problemas que hoje não conseguimos.

Hoje existe o interesse do prefeito Cesar Souza, em Florianópolis, do prefeito Castelo, em Biguaçu, do prefeito Camilo, em Palhoça. Independentemente de partido político, é fundamental para a resolução desses problemas a criação da região metropolitana.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa., deputado. Também quero dizer que quando assumimos, nesta Casa, encontramos uma legislação que estabelecia oito regiões metropolitanas em Santa Catarina. Não tinha implementação, mas tinha legislação reconhecendo essas oito regiões. Noventa e quatro municípios do oeste catarinense não estavam incluídos em nenhuma região metropolitana.

O financiamento habitacional para as regiões metropolitanas dentro do projeto Minha Casa, Minha Vida era de R\$ 135 mil. E para aqueles 94 municípios catarinenses o limite era de 80, porque não eram considerados dentro da região metropolitana.

Nós fizemos aquele projeto de lei que foi vetado, e o governador Raimundo Colombo mandou um novo projeto para corrigir, que depois foi aprovado. A própria legislação das regiões metropolitanas prevê muitos recursos e investimentos para essas regiões. Então, é importante implementar, como v.exa. disse.

Eu vejo que a região da Grande Florianópolis precisa ter uma administração conjunta nesses problemas como o de transporte, saneamento. A própria telefonia prevê que entre os municípios da região o custo seja o mesmo das ligações locais. E em algumas outras regiões como Joinville, Itapema, Itajaí, Balneário Camboriú e Navegantes, é preciso resolver seus problemas de transporte, isto é, problemas regionais.

Eu parabenizo v.exa. e entendo que a implementação das regiões metropolitanas traz, sim, muito benefício para a nossa população.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, sr. deputado.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Quero parabenizá-lo pelo seu tema.

Quero aproveitar para registrar a presença do Marcos Souza e do Adriano Ribeiro que fazem parte da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Obrigado, deputado.

Na realidade tenho uma preocupação a respeito da ampliação sobre a questão da região metropolitana. Se não me engano, no Brasil existem cinco ou seis regiões metropolitanas. Para a criação da região metropolitana precisa haver uma série de características que justifiquem. Vejam a própria divisa entre os municípios de São José e Florianópolis.

Quero registrar com muita honra a presença do governador em exercício, desembargador Nelson Schaeffer Martins, aqui, na Assembleia Legislativa, num momento importante, porque é exatamente quando vamos criar a região metropolitana da Grande Florianópolis.

Estamos falando sobre os problemas que não possuem solução, somente em Florianópolis, por isso, precisa ocorrer essa integração entre São José, Palhoça, Biguaçu, Governador Celso Ramos, para que possamos buscar solução, principalmente para o saneamento básico, transporte coletivo, lixo, áreas industriais, porque os municípios confundem-se muito.

Lembro-me, governador, de quando eu era prefeito de Florianópolis o Germano Vieira era prefeito de São José, e um dia ele me ligou e disse: "Andrino, comecei a fazer uma rua aqui, em São José, e já entrei no município de Florianópolis mais de 200m." Eu disse: "Prefeito, pode continuar que não vou me importar, desde que continue a pavimentação da nossa rua em Florianópolis".

Hoje é um dia muito especial, por isso quero cumprimentar todos os deputados. Quero dizer que é de uma importância muito grande a criação da região metropolitana para nós, da capital, e para os municípios que nos cercam. Esse embrião que começará agora vai servir de modelo para outras regiões do estado, como Joinville, Chapecó e Blumenau, como citei anteriormente.

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Eu quero saudar o nosso presidente e dizer que já estávamos com saudade de sua presença. Quero saudar o nosso governador, pois que muito nos honra, nesta tarde, ele estar aqui, presente, com a gente. Também quero parabenizar o deputado Edison Andrino por esse tema tão importante, por essa reflexão que está fazendo neste momento importante dessa votação que teremos da região metropolitana da Grande Florianópolis.

Acredito que o desenvolvimento e o crescimento só se dão através de ações como essa. Com certeza, estará também favorecendo um tema bastante importante que discutimos aqui.

Levantei uma bandeira no início do meu mandato, que se chama transporte marítimo. Eu acho que também esse tema será bastante relevante com a criação da região metropolitana.

Então, parabéns, deputado. E com certeza será um feito bastante importante pelos nossos colegas deputados, na tarde de hoje.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, deputada Dirce Heiderscheidt. Agradeço a todos e vamos votar daqui a pouco. Também cumprimento a Mesa, o deputado Kennedy Nunes, de Joinville, que hoje aqui o que prevalece é o poder do sul do estado de Santa Catarina: Tubarão, com o governador e o presidente da Assembleia, e o deputado Manoel Mota, de Araranguá.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Edison Andrino.

Esta Presidência recebe com muita alegria o nosso governador, em exercício, desembargador Nelson Juliano Schaeffer Martins, que veio nos fazer uma visita no gabinete da Presidência. Ele continua sendo um honrado servidor desta Casa, já que durante seis anos, deputada Dirce Heiderscheidt, o desembargador prestou os seus bons serviços a esta Casa Legislativa; por isso, recebemos s.exa. com muito carinho, nesta tarde, nessa demonstração de respeito, de deferência, que o governador em exercício pratica em favor da nossa Casa e de todos os seus integrantes. Aliás, essa é a conduta do presidente, sr. desembargador Nelson Juliano Schaeffer Martins, sempre um *gentleman*, sempre tratou com muito carinho e respeito todos os integrantes desta Casa, mas especialmente este Poder que sei o quanto ele respeita e admira. Repito, até porque aqui passou e sabe que esta é uma Casa extremamente importante para a manutenção e o fortalecimento da nossa democracia.

Por isso, governador, seja muito bem-vindo. Muito obrigado mais uma vez pela deferência, pelo respeito, pela demonstração de carinho e conte sempre com esta Casa e com os seus integrantes.

Neste momento, concedo a palavra a v.exa. para que possa fazer uma saudação aos integrantes deste Poder.

O SR. GOVERNADOR EM EXERCÍCIO (Desembargador Nelson Juliano Schaeffer Martins) - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli; prezado amigo deputado Manoel Mota; amigo, deputado Edison Andrino; srs. deputados desta Casa, quero inicialmente agradecer a acolhida que sempre tenho quando aqui visito na condição de presidente do Tribunal de Justiça e, hoje, exercendo a função de governador interino do nosso estado. Como todos sabem, o governador Raimundo Colombo pediu licença para se dedicar às atividades eleitorais. E por força da Constituição, na ordem de sucessão, caberia ao presidente da Assembleia o exercício dessa missão que, todavia, delegou-me nesse gesto de gentileza e de atenção institucional, que muito me toca e muito me comove.

Quero dizer aos senhores que este deveria ter sido o primeiro ato que eu deveria ter praticado logo depois da transmissão do cargo, o que não foi possível, em razão de compromissos que já havia assumido, também na condição de governador, em Brasília e depois na cidade de Esteio, na Expoiner, representando o nosso estado.

Porém, gostaria de registrar que, nesta Casa, só tenho amigos. Amigos que conheço há muito tempo, amigos a quem

respeito muito, porque além de serem extraordinários políticos e representantes das suas regiões representam aqui todos os extratos sociais, todos os segmentos profissionais, todos os interesses e atividades de nosso estado. De modo que esta Casa, pela sua composição, representa efetivamente o que há de melhor na sociedade do nosso estado. E releva isso porque buscam nas bases todas as aspirações, todos os desejos, ansiedades e necessidades que o nosso estado apresenta.

Por isso, meus cumprimentos, minha reverência aos srs. deputados, a esta Casa, a este Parlamento, que é fiador e garantidor do regime democrático em nosso estado e em nosso país.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agradecemos mais uma vez, antes, porém, vou ouvir o deputado Valmir Comin e dizer que, deputado Carlos Stüpp, a nossa Cidade Azul alegre-se, como bem lembrou o deputado Edison Andrino, já que estamos e ficaremos, pelo menos até as eleições, na condição de dirigentes de dois dos três Poderes do estado: o desembargador Nelson Schaeffer Martins, um tubaronense original, e eu, um tubaronense genérico, já que nasci na cidade de Pouso Redondo e fui adotado por Tubarão. Inclusive, a Câmara de Vereadores me concedeu o título de Cidadão Tubaronense, entregando-me a certidão de adoção. Mas ele, tubaronense nato que é, orgulha também muito o povo da Cidade Azul por essa estadia de mais 35 dias no governo e, não tenho dúvidas, sempre atento às grandes causas de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, eu não poderia, na condição de líder do Partido Progressista, deixar de enaltecer e dizer da nossa satisfação em poder receber nesta Casa o desembargador Nelson Schaeffer Martins que neste ato está representando a condição do governo do estado em exercício. Ao mesmo tempo, agradeço a v.exa., porque de acordo com a Constituição, é uma renúncia na sequência, e v.exa. permitiu que o desembargador pudesse exercer, mesmo por tão poucos dias, a condição de governador do estado, mostrando com isso a independência, a harmonia entre os Poderes, mas a corresponsabilidade que existe para com a sociedade catarinense.

Por isso, é um prazer, é uma satisfação muito grande, e v.exa. é merecedor dessa comenda, dessa pasta tão importante de exercer, mesmo por poucos dias, a condição de governador do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu não poderia deixar de fazer este registro tão especial ao meu amigo dr. Nelson Schaeffer Martins, um parceiro já de muito tempo.

Inclusive, nesta Casa, já pude recebê-lo como funcionário, como desembargador, como presidente do Tribunal de Justiça e agora como governador. Isso mostra que todo cidadão quando é justo, correto e sabe o que fazer, pode galgar, deputado Edison Andrino, todos os cargos que com certeza Deus muitas vezes nos escreve.

Então, seja bem-vindo a esta Casa nosso grande amigo governador em exercício, presidente licenciado do Tribunal de Justiça do Estado, dr. Nelson Schaeffer Martins, nosso amigo Nelsinho.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, eu não poderia também deixar de, em nome da nossa bancada, cumprimentar o governador em exercício, dr. Nelson Schaeffer Martins, que faz um bellissimo trabalho na condição de presidente do nosso Tribunal de Justiça e agora, nessa interinidade como governador, saberá, com a sua inteligência, com a sua competência, conduzir com tranquilidade o governo do estado, principalmente num momento de tensões políticas, o que é natural no quadro político democrático, nas vésperas de uma eleição. Boa-sorte no exercício do poder e tenho certeza de que Santa Catarina está em boas mãos nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Governador, mais uma vez muito obrigado pela sua presença, pelo seu prestígio. Sabemos que a sua agenda é intensa, mas para nós quanto mais tempo v.exa. permanecer nesta Casa pode ter certeza que mais alegria trará a todos os nossos membros. Mas sabemos que outros compromissos o aguardam também, por isso, mais uma vez, muito obrigado, pela deferência da sua presença nesta Casa Legislativa.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, é com muita satisfação que anuncio a presença dos nossos vereadores conterrâneos, sideropolitanos, Willian Bonassa e Valdemir Carminatti, juntamente com o vereador Pavan e com o empresário Ademir Donadel, que produz melhor picolé do sul do Brasil, e o empresário do ramo de transporte, Gelson Gianizella. É um prazer, uma satisfação e um orgulho muito grande poder receber no Parlamento catarinense meus conterrâneos sideropolitanos.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Srs. deputados e sras. deputadas, com a concordância dos líderes, proponho a inversão da nossa pauta, pois sempre que recebemos rainhas, prefeitos, delegações de municípios, entidades, fazemos após a Ordem do Dia. Mas aproveitando que ainda faltam seis minutos para chegarmos ao horário da Ordem do Dia, vou suspender a sessão por dez minutos, para recebermos, atendendo ao requerimento proposto pelo deputado Valmir Comin, com a assinatura de todos os srs. deputados, o prefeito Ademir Magagnin, do

município de Cocal do Sul, juntamente com a vice-prefeita, a rainha e as princesas da II Cocal Fest.

Srs. deputados, informo que a rainha da II Cocal Fest, Taina Miranda, se fará acompanhar na tribuna pela intérprete Ilse Michels, para oralização dos convites que ela fará, já que fará o convite em libras.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n.º 0009/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Comunica também que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao ofício n.º 0092/2014, de procedência de entidade social.

A Presidência comunica, da mesma forma, que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável ao Ofício n.º 0143/2014, de procedência de entidade social.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n.º 0001/2014, de procedência governamental, que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf) e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemendas modificativa e aditivas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu encaminho voto um, sr. presidente.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes.

SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu não poderia ficar sem falar sobre este projeto que estamos votando, até porque na minha visão, deputado Valmir Comin, esta Casa está refazendo um erro que foi feito, porque o ex-governador e senador Luiz O Henrique da Silveira, no seu primeiro mandato, quando criou as secretarias regionais, extinguiu as regiões metropolitanas.

Eu me lembro de quando, deputado Sílvio Dreveck, vim aqui e alertei, em 2007, juntamente com o deputado Joares Ponticelli. Alertamos sobre esse erro de extinguir as regiões metropolitanas. O projeto foi refeito e agora estamos refazendo tudo aqui. Santa Catarina perdeu, como disse o deputado Edison Andrino, e muito, por falta dessas regiões metropolitanas.

Parabéns a Florianópolis que agora fica com essa região instituída. E que o governo faça o mais rápido possível as outras regiões metropolitanas, para que possamos buscar financiamento e resolvermos os problemas. Ninguém mais é uma ilha isolada. Nem Florianópolis é uma ilha. Florianópolis é junto com todos, é a região metropolitana, a grande saída.

Então, parabéns ao governo que está instituindo e que venha a esta Casa o mais rápido possível a de Joinville, Chapecó, Criciúma e todas as outras regiões metropolitanas.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero fazer um agradecimento especial a todos os srs. deputados que compreenderam a importância deste momento de criarmos e de instituímos de fato a região metropolitana da Grande Florianópolis.

Também quero agradecer ao governador Raimundo Colombo por ter tido o discernimento de encaminhar o projeto de lei para a Assembleia Legislativa.

Eu tive a oportunidade de como secretário do Desenvolvimento Regional trazer esse tema para a pauta. E junto com o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento e várias outras entidades aqui da Grande Florianópolis trabalhamos intensamente para construir o projeto de lei que está sendo aprovado na data de hoje.

Sem dúvida nenhuma, isso vai trazer um novo alento, uma nova perspectiva de solução para os graves problemas da Grande Florianópolis, como mobilidade urbana, destino final de resíduos sólidos, saneamento básico, porque nós tendo esse mecanismo jurídico, essa instituição jurídica, que é a região metropolitana, para trabalhar em conjunto com os municípios da Grande Florianópolis, em parceria com o estado, vamos ter condições, sim, de alavancar recursos que existem de forma específica no governo federal para soluções de caráter metropolitano.

Na questão da mobilidade urbana mesmo a presidente Dilma anunciava, há tempos atrás, recursos na ordem de R\$ 50 bilhões. E se queixava que não tínhamos projetos. Pois bem, a Grande Florianópolis tem projetos. E agora, com a instituição da região metropolitana, teremos condições de nos habilitar a buscar esses recursos no governo federal para resolver esse grave problema da falta de mobilidade que estamos vivenciando, todos os dias, aqui, na Grande Florianópolis.

Portanto, agradeço a cada um dos srs. deputados, ao líder do governo que se empenhou muito.

Muito obrigado!

O Sr. deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota

SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, acho que é uma conquista importante. Houve um equívoco há uns anos, quando transformamos praticamente toda Santa Catarina em região metropolitana. Acho que hoje está se corrigindo e buscando outros municípios que tenha potencial para se transformar em região metropolitana. Mas acho que ganhou a Grande Florianópolis.

É um projeto importante, é um projeto que vem trazer e abrir caminhos para financiamentos, para a infraestrutura, eis que temos uma capital modelo para o país, em turismo.

Eu acho que hoje aqui se cumpre uma missão grande, fazendo com que Santa Catarina, representada por estes parlamentares que aqui estão, aprovam a região metropolitana da Grande Florianópolis.

O deputado Edison Andrino sempre foi um apaixonado por esta questão. E finalmente, deputado Edison Andrino, aconteceu hoje. Então, quero cumprimentar v. exa., em nome de toda a população da Grande Florianópolis, e dizer que o Parlamento cumpriu sua missão e deu condições de mostrar para o Brasil que agora é para valer, de verdade, a Grande Florianópolis é região metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Presidente, eu também quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar esta Casa. E complementando o que disse o deputado Kennedy Nunes, na primeira vez em que foi votada a criação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis o João Henrique Blasi era deputado estadual, em 2007, e foi o relator do processo naquela oportunidade.

Lamentavelmente depois cometeu um erro quando se criou as secretarias regionais, extinguindo a região metropolitana que não tem nada a ver com a outra. Fizemos justiça agora, mas acho que vai ser a primeira experiência em Santa Catarina. E esperamos que dê certo, para que se possa espalhar para outra região do estado de Santa Catarina, com muito cuidado, porque região metropolitana tem característica própria de aglomerado urbano, de problemas comuns, que precisam ser resolvidos integralmente.

Para encerrar, sr. presidente, a região metropolitana é uma mãe para todos os deputados. Todos aqui vão levar uma porção de votos da Grande Florianópolis. Então, todos também estão cumprindo com esse gesto agora de tentar resolver esses problemas que são comuns de todos os municípios que compõem a nossa região metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Edison Andrino.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero aqui inclusive justificar o meu voto de abstenção, não porque seja contra a região metropolitana. Sou extremamente favorável e, na época, fui contra que atingíssemos todo o estado de Santa Catarina com região metropolitana, por quê? Porque nós ainda temos uma confusão de desenvolvimento regional e aqui em Florianópolis uma das coisas que me preocupa é justamente essa estrutura de secretarias regionais. Pela informação que temos aqui, são 150 cargos na secretaria regional e agora criando novos cargos para a região metropolitana.

Então, tem que resolver essa questão. Está muito confuso e, a partir desse debate, acredito que precisamos clarear. O projeto é importante, precisa ser pensado, a região precisa nesta integração de vários municípios pensar uma estratégia de desenvolvimento nas mais diversas áreas, seja na área de infraestrutura, de transportes, de saneamento básico, habitação e outros projetos que podem melhorar a vida da população aqui.

Então, por isso me abstenho, por essa confusão, pois é a terceira vez que aprovamos aqui projetos de Região Metropolitana de Florianópolis. Não concordo com esse tipo de atitude da forma que se usa esta Casa e a política no estado de Santa Catarina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, eu gostaria de já agradecer a aprovação pelos srs. deputados desta importante lei. Mas faço um destaque especial ao colega Renato Hinnig que na comissão de Finanças e Tributação, onde nós participamos, foi valente, brigou e trouxe a esta Casa um empenho especial para a aprovação desse importante projeto.

Portanto, parabéns ao deputado Renato Hinnig.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, às vezes ouço algumas coisas, mas gosto de deixar claro. Ouvi o deputado Dirceu Dresch e quero pedir ao deputado que se absteve desta votação, e disse que não é contra, para esclarecer algumas coisas. Concordo com ele também de ser a terceira vez que votamos aqui. Mas, deputado Dirceu Dresch, quero pedir vênias a v.exa. para mudar esse voto, porque v.exa. é a favor da Região Metropolitana. Nós estamos votando a terceira vez, v.exa. tem razão. Mas é uma sequência, pois na primeira vez com os nossos votos contrários, inclusive do PT também, votamos pela extinção da Região Metropolitana. Na segunda vez, conseguimos fazer voltar a criação delas. E agora é a instituição. Então v.exa. não pode, por conta disso, se abster. Vote "sim", porque agora estamos instituindo a Região Metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Dirceu Dresch, de qualquer forma penso que as secretarias regionais têm pouco tempo de vida pela frente. Penso que criamos a primeira Região Metropolitana, e brevemente esta Casa estará cumprindo a sua missão também de fechar o que não funciona e criar mais Regiões Metropolitanas para desenvolver o nosso estado e fazer a verdadeira descentralização sem cabides.

Em votação.

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CARLOS STÜPP	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	abst
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	abst
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PAULO FRANÇA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Foram 31 votos "sim", nenhum voto "não" e duas abstenções.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0109/2014, de autoria do deputado Altair Guidi, que denomina Rodovia Nazareno Domiciano da Rosa o trecho compreendido entre o município de Rio Rufino e o município de Urupema (entroncamento SC-370).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0114/2013, de autoria do deputado Altair Guidi, que denomina Rodovia Deputado Aristides Bolan o trecho da rodovia SC-446, compreendido entre a Avenida Centenário, no município de Criciúma, até o acesso da BR-101, no município de Içara.

Dentro desse projeto foi apensado o PL/0345/2013.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0003/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que concede licença ao governador do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0004/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que concede licença ao vice-governador do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Resolução n. 0014/2013, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a implantação da Rede Legislativa de TV Digital nas Câmaras Municipais do estado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0086/2014, de autoria do deputado Gelson Merisio e outros, que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu quero realmente solicitar aqui o amplo apoio dos nossos parlamentares a esse projeto que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias. Ele é de autoria dos deputados Gelson Merisio, Neodi Saretta e Volnei Morastoni, acolhendo propostas e sugestões em comum com diversas instituições, entidades farmacêuticas.

Quero aproveitar para registrar a presença no nosso recinto da dra. Hortência Salett, presidente do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina; do sr. Ronald Ferreira dos Santos, presidente da Fenafar - Federação Nacional dos Farmacêuticos; do sr. José Amazonas Gaspar, da Associação Brasileira de Farmacêuticos e Proprietários de Farmácias; do sr. Gerson Appel, diretor da Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais; do sr. Rodrigo Michels Rocha, presidente da Anfarmag - Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais/Regional Santa Catarina, e de outros representantes da categoria que estão aqui presentes também.

Então, é um projeto de lei que, na verdade, fortalece as farmácias que são estabelecimentos de saúde importantes dentro do atendimento à nossa população e que complementam o atendimento aos demais serviços de atenção básica, ou em todos os níveis de complexidade.

Os farmacêuticos, nessa sua formação, seja ela científica ou técnica, trabalham com afinco, carinho e ética, obedecem a uma legislação, naturalmente, e têm o seu conselho federal que fiscaliza.

Então, fiquemos tranquilos, porque as propostas apresentadas apenas ampliam também essas ações e serviços dos farmacêuticos e das farmácias para a nossa população.

Temos a tranquilidade da responsabilidade técnica, porque o farmacêutico é um profissional responsável, que está presente nesse estabelecimento, supervisionando-o, e está mais do que habilitado para todas essas ações importantes a que esse estabelecimento de saúde está autorizado a fazer.

Então, peço o apoio dos srs. deputados e das sras. deputadas. Tenho certeza de que isso é um reconhecimento e uma homenagem desta Casa ao profissional farmacêutico de nosso estado, por esse trabalho responsável e importante que presta à saúde da nossa população.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, da mesma forma, quero cumprimentar o Ronald Ferreira dos Santos, presidente da Fenafar, e a Hortência Salett

Müller Tierling que muito honra a tradição das mulheres farmacêuticas do estado de Santa Catarina à frente do Conselho Regional de Farmácia.

Gostaria de dizer que essa categoria recentemente teve uma grande conquista no Congresso Nacional, que foi dizer o óbvio, mas com uma luta que durou 20 anos: que a farmácia é um estabelecimento de saúde e que não pode ser tratada de outra forma. Embora isso pareça óbvio, foi preciso uma luta de 20 anos para o Congresso Nacional assim dizer.

Agora eles trazem aqui esse projeto de lei que certamente vai ser aprovado, que modifica duas coisas substancialmente, sr. presidente. A primeira é que os farmacêuticos passam a ter condições de administrar as vacinas, que não deixam de ser também uma necessidade e que são creditadas a esses profissionais fazer. A segunda é que os farmacêuticos magistrais poderão prescrever, por exemplo, um shampoo ou algum produto que seja deles a autoria.

Dessa forma, sr. presidente, tenho certeza de que esta Casa caminha da mesma forma que o Congresso Nacional tem caminhado. Aliás, esses dois dispositivos já têm previsão em lei federal.

O estado de Santa Catarina passa a reafirmar que as farmácias são um espaço de saúde, também contemplando aqui as farmácias magistrais, e dá um passo adiante no sentido de reconhecer no farmacêutico um profissional de saúde. E esse projeto de lei amplia e dá ainda mais autoridade para esses profissionais atuarem, com a capacidade técnica que têm, nas áreas que são ampliadas e que já mencionei aqui.

Então, parabéns aos autores e também muito especialmente à categoria que hoje, à frente do seu sindicato e dos seus conselhos, consegue mais uma vitória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, não somente para reforçar o projeto, mas também para lembrar que o deputado Volnei Morastoni e eu propusemos um projeto de lei tratando desse assunto e depois fomos procurados pois havia uma nova redação que estava sendo discutida, que era mais ampla e mais completa. Fruto dessas conversas retiramos aquele projeto inicialmente proposto por nós. Mas subscrevemos, então, esse projeto mais amplo, juntamente com o deputado Gelson Merisio, que vem para esta Casa atendendo àquilo que era o debate que estava sendo feito com as entidades representativas e dentro daquilo que já foi dito também pelos deputados que me antecederam.

Então, reforçamos o pedido de apoio a esse projeto. Julgamos que estamos dando um passo importante também na regulamentação desse assunto.

Muito obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0195/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a permuta de imóveis do Estado de Santa Catarina e do município São Lourenço do Oeste.

Conta com parecer favorável da comissão de Justiça, Finança e Trabalho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Quero registrar a presença do vereador mais votado em Florianópolis, Tiago Silva, que hoje é secretário da Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença do vereador Tiago Silva. E também informa que a Mesa Diretora, na manhã de hoje, deliberou favoravelmente à cessão dos espaços que a secretaria, comandada pelo vereador, solicitou para a realização de eventos da prefeitura municipal, no nosso auditório, no mês de novembro.

Discussão e votação em turno único do Projeto Decreto Legislativo n. 0005/2014, de autoria da comissão especial, que indica o nome dos senhores Ivan Cesar Ranzolin, Sadi Lima e George Dias Zaccarão para recondução aos cargos de, respectivamente, Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral e Corregedor da Defensoria Pública.

Em discussão.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, sei da importância e da necessidade da indicação dessa nominata para que tenhamos a coordenação da Defensoria Pública, mas quero chamar a atenção dos parlamentares para o desafio que se coloca, hoje, nesse órgão em Santa Catarina.

Nós temos apenas 21 núcleos. Há dois projetos de lei tramitando nesta Casa: um que trata da criação de cargos para nomeação de analistas e técnicos, para termos os 21 núcleos completos funcionados e atendendo bem toda a população catarinense, sobretudo, àquela que tem a renda até três salários mínimos. Mas quero chamar atenção também para outro projeto que tramita nesta Casa, que é o projeto que destina parte dos recursos, hoje, do Tribunal de Justiça para o pagamento dos advogados da Defensoria

Dativa, que na nossa avaliação precisa ser muito bem discutido.

Eu gostaria que isso fosse registrado em ata, para que passado o período eleitoral possamos fazer um grande debate sobre a Defensoria Pública, contemplando nesse debate a ampliação dos núcleos para todas as cidades catarinenses, pensando na autonomia da Defensoria Pública além da sua ampliação e assim possamos aprovar esses dois projetos de lei que tramitam nesta Casa, mas com a garantia de que a Defensoria Pública precisa se consolidar e de fato garantir aquilo que está na Constituição Federal.

Que seja a última indicação e que na próxima nós possamos votar, garantindo o que a Constituição prevê: que é a nomeação dos próprios defensores públicos a ocuparem os três cargos na nomeação.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria de fazer um registro ao grande profissional, homem ilibado, que já foi presidente desta Casa e que agora vem receber o nosso aval, que é o sempre deputado Ivan Cesar Ranzolin, chefe da Procuradoria.

Tenho certeza de que ficamos por um bom tempo nesse processo dos advogados da Advocacia Dativa e que agora estamos começando a caminhar mediante todo um histórico ou historicidade desse assunto.

Entendo que estamos avançando. E neste momento é importante, sim, passar por esta Casa essa indicação e fazer dessa forma como está sendo feita.

Então, quero deixar aqui o meu voto pela indicação dos três nomes que estão passando pelo nosso crivo aqui, que é o sempre deputado Ivan Ranzolin, o sr. Sadi Lima e sr. o George Dias Zaccarão na recondução desses cargos da Defensoria Pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes!

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGETNO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente. Também registro a nossa tese de que tão logo tenhamos o prazo que nós mesmos definimos em lei quando criamos a Defensoria Pública, possamos escolher ou decidir o quadro da própria Defensoria Pública. Essa é a vontade geral daqueles servidores. E consideramos importante que seja assim, no sentido de garantir uma carreira e a viabilidade da carreira e também mais autonomia para essa instituição importante.

Evidentemente que não temos nada contra as pessoas que lá estão e que devem permanecer, até porque não temos ainda o prazo legal para a nomeação dos próprios defensores que ainda estão em estágio probatório.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares!

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu gostaria aqui de fazer referência à comissão instituída por v.exa. no sentido de fazermos a análise dos currículos dos senhores que ora estão sendo indicados e dizer de que é um acordo com o sr. governador, o sr. vice-governador e o secretário da Casa Civil, juntamente com o senhor defensor-geral, o ex-deputado Ivan Ranzolin, e a comissão que ratificou a indicação vinda do governo do estado.

Então, quero fazer um agradecimento a todos os deputados que integraram essa comissão e desejar sucesso aos indicados, nessa missão, nos próximos dois anos.

Quanto ao pleito dos defensores, evidentemente que a lei prevê a sua indicação a partir do estágio probatório e, a partir disso, o governo, com certeza, aplicará a lei dentro dos ditames do que foi aprovado.

Muito obrigado a todos os deputados que participaram da comissão que analisaram os currículos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider!

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, já o fiz na condição de membro da nossa bancada na comissão. E, amigo Ivan Ranzolin, sempre deputado, a bancada progressista vota "sim".

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Eu gostaria, sr. presidente, de cumprimentar os srs. Ivan Ranzolin, Sadi Lima e George Dias Zaccarão pelo trabalho que realizaram até agora, mesmo com a dificuldade que tiveram certamente na implementação dessa instituição. Também quero cumprimentá-los pela recondução para dar continuidade a esse excelente trabalho que vem sendo realizado.

Parabenizo todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig!

Esta Presidência quer cumprimentar e, publicamente, reconhecer o importante trabalho feito nesse primeiro mandato pelo nosso sempre deputado e presidente Ivan César Ranzolin, pelo nosso grande tubaronense Sadi Lima e pelo Zaccarão.

Esta Casa Legislativa, esta Presidência, é testemunha ocular do grande trabalho, do grande esforço de v.exas. na implementação da Defensoria Pública, com todas as dificuldades iniciais, inclusive.

Sras. e srs. deputados, no momento da instalação da Defensoria, o nosso querido deputado Ivan Ranzolin e o Sadi Lima vieram a esta Casa na busca inclusive de móveis inservíveis, desta Casa, para poder instalar, uma vez que nem orçamento ainda existia para a Defensoria.

Foi um esforço pessoal muito grande do deputado Ivan Ranzolin e do sr. Sadi Lima que a Defensoria se consolidou. Por isso, o reconhecimento desta Casa Legislativa pelo grande e importante trabalho que v.exas. lideram. Por isso, a Casa vai à unanimidade, não tenho dúvida, para permitir as reconduções de v.exas. para os cargos.

Quero também, na condição de presidente, uma vez que estamos em calendário especial, com uma agenda intensa, agradecer muito ao deputado Aldo Schneider, ao deputado Moacir Sopelsa, ao deputado Neodi Saretta, ao deputado Valmir Comin, ao deputado Carlos Stüpp, ao deputado Daniel Tozzo e ao deputado Sandro Silva, porque apenas na manhã de hoje esta Presidência baixou o ato constituindo a comissão, e v.exas., mesmo com tantas atividades na Casa hoje, conseguiram se reunir, dedicaram-se a esta causa. Portanto, quero, em nome da Presidência, agradecer a v.exas. pelo empenho, porque se não tivéssemos concluído esse trabalho hoje, deputado Aldo Schneider, a nossa Defensoria Pública ficaria acéfala a partir do próximo dia 17 de setembro, já que só retornaremos às atividades em plenário no dia 7 de outubro.

Portanto, muito obrigado pela dedicação, pelo empenho, pela responsabilidade com que v.exas. atuaram.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação o Projeto Decreto Legislativo n. 0005/2014.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Srs. deputados, sras. deputadas, com a aquiescência dos líderes, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h45, para votarmos o segundo turno de uma matéria, o segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2014 e as redações finais.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2014

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2014, de autoria do governador do estado, que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf) e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemendas modificativas e aditivas.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal, por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA sim

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CARLOS STÜPP sim

DEPUTADO CIRO ROZA sim

DEPUTADO DANIEL TOZZO sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH abstenção

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PAULO FRANÇA sim

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO SANDRO SILVA sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim", nenhum voto

"não" e uma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo

turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0086/2014, de autoria do deputado Gelson Merisio e outros, que dispõe sobre a prestação dos serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias do estado e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Srs. deputados, sras. deputadas, com aquiescência dos líderes, encerramos a presente sessão, convocando para hoje, outra, extraordinária, às 16h48, para a votação das redações finais.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 025ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2014

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 17h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2014, de origem governamental.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0086/2014, de autoria do deputado Gelson Merisio.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0109/2014, de autoria do deputado Altair Guidi.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0114/2013, de autoria do deputado Altair Guidi.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0195/2014, de autoria do Tribunal de Justiça.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0003/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0004/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0005/2014, de autoria da Comissão Especial.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0014/2013, de autoria da Mesa Diretora.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 415, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 416, de autoria do deputado Sandro Silva; 417, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 418, de autoria da deputada Angela Albino.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s: 747, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 748, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 749, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 750, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 751, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 752, de

autoria da deputada Ana Paula Lima, 753, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Pedido de Informação n. 0053/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Agricultura informações sobre o contrato de prestação de serviços entre esta Pasta e a empresa Roland Berger Strategy Consultants Ltda. entre os anos de 2011 e a presente data.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Ordem do Dia. Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 450, de 18 de agosto de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,*

**REPOSICIONAR** o servidor **PAULO CESAR RODRIGUES**, matrícula nº 1374 ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/TEL-47 e **ATRIBUIR** padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-47 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 1º de agosto de 2014; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 308, de 14 de outubro de 2009.

**Republicado por incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 492, de 18 de agosto de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,*

**REPOSICIONAR** a servidora **AMELIA NOVAES CORDEIRO**, matrícula nº 1375 ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/TEL-48 e **ATRIBUIR** padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 1º de agosto de 2014; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 166, de 11 de março de 2010.

**Republicado por incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 469, de 18 de agosto de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,*

**REPOSICIONAR** a servidora **JACQUELINE DE OLIVEIRA VICENTE BITTENCOURT**, matrícula nº 1591, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/TEL-49 e **ATRIBUIR** padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-49, para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 1º de agosto de 2014; **tornando sem efeito** o art. 2º do Ato da Mesa nº 170, de 1º de fevereiro de 2006.

**Republicado por incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 503, de 18 de agosto de 2014**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,*

**REPOSICIONAR** o servidor **CARLOS CESAR DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1087 ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/TEL-47 e **ATRIBUIR** padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-47 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 1º de agosto de 2014; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 291, de 17 de dezembro de 2008.

**Republicado por incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 520, de 18 de agosto de 2014**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,*

**REPOSICIONAR** o servidor **IVALDO CESAR SENES SANTOS**, matrícula nº 962 ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/TEL-48 e **ATRIBUIR** padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 1º de agosto de 2014; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 235, de 26 de março de 2010.

**Republicado por incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 617, de 18 de agosto de 2014**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,*

**REPOSICIONAR** o servidor **FLAVIO PITTIGLIANI VIEIRA**, matrícula nº 1194 ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/TEL-48 e **ATRIBUIR** padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 1º de agosto de 2014; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 367, de 06 de julho de 2010.

**Republicado por incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 670, de 26 de setembro de 2014**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0788/2014, de 4/4/2014,

**RESOLVE:** *com fundamento no parágrafo único do art. 49 da Lei nº 6.745/85 c/c art. 125, II, da Lei nº 6.745/85, de 28 de dezembro de 1985.*

**Art. 1º POSICIONAR** o servidor **JOHNI LUCAS DA SILVA**, matrícula nº 2096, ocupante do cargo de Analista Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, do nível PL/ALE-61 para o nível PL/ALE-62, a contar de 1º de outubro de 2013.

**Art. 2º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a contar de 5 de abril de 2012.

**Republicado por incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÕES PERMANENTES

#### **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2014.**

Às nove horas do dia 02 de setembro do ano de dois mil e quatorze, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se os membros da Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputado(a)s: Aldo Schneider, Ana Paula Lima, José Nei Ascari, Mauro de Nadal, Narcizo Parisotto, Neodi Saretta e Silvio Dreveck, o Deputado Jean Kuhlmann encaminhou um Ofício justificando sua ausência, devido a participação das solenidades alusivas ao aniversário da cidade de Blumenau. O **Deputado Neodi Saretta** relatou o Ofício nº 0171.4/2013, exarou requerimento pelo rediligenciamento da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Ofício nº 0092.6/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** relatou voto vista ao Projeto de Lei nº 0148.9/2013, exarou requerimento pelo rediligenciamento da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei nº 0183.1/2014, exarou parecer pela rejeição da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei Ascari** relatou o Projeto de Lei nº 0220.0/2014, exarou parecer favorável com Emenda Modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade;

o Projeto de Lei Complementar nº 0001.8/2014, exarou parecer favorável com Emenda(s) Substitutiva Global e Subemenda Aditiva que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0179.5/2008, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Narcizo Parisotto** relatou o Projeto de Lei nº 0148.9/2014, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0221.1/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0218.6/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei nº 0128.5/2011, exarou parecer pela rejeição da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0245.9/2012, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0442.1/2013, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o Ofício nº 0169.0/2014, exarou requerimento por nova realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Ofício nº 0406.4/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Ofício nº 0382.2/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Ofício nº 0234.2/2014, exarou parecer pela rejeição

da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0227.7/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0182.0/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0193.3/2014, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Mensagem nº 01526/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Mensagem nº 01527/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 02 de setembro de 2014  
Deputado Marcos Vieira  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 4ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia quatorze de outubro de dois mil e quatorze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado Reno Caramori, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: Reno Caramori, Carlos Chiodini, Sargento Amauri Soares, Gelson Merísio, Valdir Cobalchini e Marcos Vieira. Aberto os trabalhos o Deputado Presidente, colocou em discussão a Ata da Sexta Reunião Ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Dando sequência, o Presidente submeteu para votação parecer do próprio com pedido de diligência, referente ao OF./0646.7/2014, que solicita manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública ao ICETRA de Florianópolis. O parecer com pedido de diligência foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, para constar eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembleia.

Sala das Comissões, quatorze de outubro de dois mil e quatorze.

Deputado Reno Caramori  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À ATIVIDADE DE INFORMÁTICA COMPREENDENDO MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS SISTEMAS PREEXISTENTES, SERVIÇOS DE REDE A SEREM IMPLANTADOS, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TI.**

**DATA:** 30/10/2014 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 30 de outubro de 2014. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

#### AVISOS DE RESULTADO

#### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1844/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 029/2014 obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM TRATAMENTO QUÍMICO DA ÁGUA, FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS NO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DO AR CONDICIONADO CENTRAL DA ALESC, MARCA TRANE.**

**Item UNICO -**

Vencedora: CONPEAR CONCERTOS DE PERSIANAS E AR CONDICIONADOS LTDA

Valor do Último Lance (mensal): R\$ 14.300,00

Florianópolis, 15 de outubro de 2014

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

#### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1870/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 030/2014, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS DA ALESC.**

**Lote 01**

Vencedora: J. BILL COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA. - ME

Valor do Último Lance: R\$ 182.467,80

**Lote 02**

Vencedora: valdeli cecilio dos santos - epp

Valor do Último Lance: R\$ 42.826,93

**Lote 03**

Vencedora: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA-ME

Valor do Último Lance: R\$ 71.000,00

Florianópolis 16 de outubro de 2014

VICTOR INÁCIO KIST

PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATOS

#### EXTRATO Nº 132/2014

REFERENTE: Contrato CL nº 023/2014, celebrado em 25/09/2014.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: MWV Web Site Comércio de Produtos Eletroeletrônicos Ltda.

OBJETO: Aquisição de cofre eletrônico com capacidade de armazenamento de 150 mídias digitais.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.780,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização para Processo Licitatório nº 38 de 6/8/2014, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Edital de Pregão Presencial nº 021 de 15/09/2014.

Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em exercício da ALESC

Adriana Ferreira de Melo- Sócia

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 133/2014

07º Termo Aditivo de 01/10/2014, referente ao Contrato CL nº 058/2011, celebrado em 05/09/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: TPS Multimídias Ltda.

OBJETO: Termo aditivo que tem como reajustar o contrato original em 4,88477% correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV apurado no período de setembro/2013 a agosto/2014.

E remanejar, a pedido da Diretoria de Comunicação Social, a importância de R\$ 208.894,70 do programa "Fala Jovem" para o programa "Retratos Catarinenses", com vistas a permitir a continuação dos compromissos assumidos pela área de comunicação social, sem prejuízo das limitações impostas pela Lei nº 9.504/1997 que estabelece as normas para as eleições

VALOR: acréscimo mensal de R\$ 7.288,81

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", II "b" e § 8º da Lei nº 8.666/93; Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Item 3.4.1, da Cláusula Terceira e item 4.1, Cláusula Quarta do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em Exercício da ALESC

Fernando Pereira Oliveira e Joyce A. P. Oliveira

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 134/2014**

**05º Termo Aditivo de 29/09/2014, referente ao Contrato CL nº 053/2010, celebrado em 30/09/2010.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Prodoctor Comércio de Equipamentos Odontológicos e Serviços Ltda.

OBJETO: Termo aditivo que tem como objeto prorrogar a vigência do Contrato 053/2010-00 pelo período compreendido entre 01/10/2014 e 30/09/2015.

Reajustar os serviços do contrato original em 4,3958%, que correspondem à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV apurado no período de outubro/2012 a setembro/2013, com eficácia a partir da competência outubro/2013.

VALOR: acréscimo mensal de R\$ 26,13

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93 combinado com o § 8º do mesmo artigo; Itens 3.6 e 4.3 das Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato original; Autorização administrativa.

Florianópolis, 17 de outubro de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em Exercício da ALESC

Afonso dos Santos- Sócio Administrador

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 135/2014**

**04º Termo Aditivo de 26/09/2014, referente ao Contrato CL nº 094/2011, celebrado em 16/12/2011.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Marcca Comunicação Ltda.

OBJETO: Termo aditivo que tem como objeto corrigir o valor do contrato inicial em face da corrosão provocada pelos efeitos inflacionários ocorridos no período de dezembro de 2011 a dezembro de 2013, cujo índice do INPC/IBGE foi de 12,6769%, provocando um acréscimo anual de R\$ 713.078,44 .

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93; Item 10.1 da Cláusula Décima do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 17 de outubro de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em Exercício da ALESC

Claudio José Dutra- Diretor

Paulo Pedro Viganó- Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**MENSAGEM GOVERNAMENTAL****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1543**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estrita observância às determinações contidas nos arts. 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição do Estado, comunico a essa augusta Casa Legislativa que o Excelentíssimo senhor Vice-Governador do Estado deverá ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 11 e 20 de outubro do corrente ano, em caráter particular, sem carrear ônus ao erário.

Florianópolis, 14 de outubro de 2014.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 16/10/14

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO****OFÍCIO Nº 681/14**

Ofício nº 135/2014-GPM Florianópolis, 06 de outubro de 2014  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Movimento Nacional de Educação no Trânsito - (MONATRA), de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Roberto Alvarez Bentes de Sá  
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 14/10/14

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1995, de 15 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ERNANI WOGGINAKI, matrícula nº 7493, de PL/GAB-39 para o PL/GAB-01, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de Outubro de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1996, de 15 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JADER ANTONIO MAZUTTI DE GERONI, matrícula nº 6269, de PL/GAB-42 para o PL/GAB-19, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de Outubro de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1997, de 15 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora JERUSA NARA MOSER, matrícula nº 3388, de PL/GAB-93 para o PL/GAB-99, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de Outubro de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1998, de 15 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor RICARDO ANDREI MALLMANN, matrícula nº 7377, de PL/GAB-38 para o PL/GAB-19, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de Outubro de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1999, de 15 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora VALQUIRIA PEREIRA GUIMARAES, matrícula nº 5522, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-61, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de Outubro de 2014 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt). Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2000, de 15 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1999	ROSELIA FLORENCIO	10	29/9/2014	2309/2014
1988	GICELA DE AGUIAR SANTANA	15	25/9/2014	2310/2014
6343	RAFAEL GHISI DUTRA	45	1º/10/2014	2311/2014
1357	MARCIO LUIZ PAVAN	90	1º/10/2014	2312/2014

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2001, de 15 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1814	DULCINEIA MARIA GOULART	90	1º/10/2014	2304/2014
1152	JANDIRA LEONILDA MENEZES	90	30/9/2014	2305/2014
2148	LAURA ELITA VIEIRA AMORIM	30	3/9/2014	2306/2014
2148	LAURA ELITA VIEIRA AMORIM	30	3/10/2014	2307/2014
2162	LUIZ CARLOS PAIVA JUNIOR	90	29/9/2014	2308/2014
2103	MARIA LUCIA FEDELI GONCALVES	30	6/10/2014	2313/2014

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2002, de 15 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2314/2014,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO** à servidora **JULIANE GONÇALVES ROCHA**, matrícula nº 6338, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 30 de setembro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2003, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ALEXANDRE HENRIQUE SOUZA, matrícula nº 6689, de PL/GAB-72 para o PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de Outubro de 2014 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2004, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JONIANDESON MENEZES, matrícula nº 4978, de PL/GAB-90 para o PL/GAB-86, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de Outubro de 2014 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2005, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARINA MARTINS FERREIRA RAMOS, matrícula nº 7050, de PL/GAB-75 para o PL/GAB-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de Outubro de 2014 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2006, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora NELI SANTOS, matrícula nº 6540, de PL/GAB-30 para o PL/GAB-05, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de Outubro de 2014 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2007, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR SENILDO LINZMEYER**, matrícula nº 6688, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Silvio Dreveck - São Bento do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2008, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR EGON BENTO BAUM**, matrícula nº 5218, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Silvio Dreveck - São Bento do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2009, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora FABIANA ELOISA DREGER, matrícula nº 6607, de PL/GAB-75 para o PL/GAB-71, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de Outubro de 2014 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2010, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora JULIANE GRACIELE VON ZESCHAU, matrícula nº 7540, de PL/GAB-22 para o PL/GAB-29, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de Outubro de 2014 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2011, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor PATRICK ALEXANDRE PALMEIRA, matrícula nº 4420, de PL/GAB-89 para o PL/GAB-65, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de Outubro de 2014 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2012, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ERALDO NEVES**, matrícula nº 6917, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2013, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JERRY EDSON COMPER**, matrícula nº 6585, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2014, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da

servidora MARIA APARECIDA DE BRITTOS MOLGARO, matrícula nº 5470, de PL/GAB-78 para o PL/GAB-77, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de Outubro de 2014 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2015, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor MAURICIO ANTONIO ROCHA, matrícula nº 5994, de PL/GAB-66 para o PL/GAB-56, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de Outubro de 2014 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2016, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARIA CECILIA DE SOUZA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota - Araranguá).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2017, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que o servidor abaixo relacionado exerce

**Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 7 de outubro de 2014.

**Gab. Dep. Jean Kuhlmann**

Matrícula	Nome	Cidade
7510	JOSÉ AUGUSTO REINERT	BLUMENAU

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2018, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013.

**ART. 1º - DESIGNAR** a servidora **MARCIA HELENA PEREIRA**, matrícula nº 1330, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Recepção e Marcação de Consulta, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, LAURA ELITA VIEIRA AMORIM, que se encontra em licença para tratamento de saúde por 60 (sessenta) dias, a contar de 3 de setembro de 2014 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

**ART. 2º -** Por ter estabelecido Função de Confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2019, de 16 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** a servidora **ANA RITA MORICONI DE SOUZA**, matrícula nº 4345, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe de Seção - Redação Final, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, DULCINEIA MARIA GOULART, que se encontra em licença para tratamento de saúde por mais 90 (noventa) dias, a contar de 1º de outubro de 2014 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2020, de 17 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **TANARA CIDADE DE SOUZA**, matrícula nº 7440, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de Outubro de 2014 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2021, de 17 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ARNALDO LEANDRO JAGER SOBRINHO, matrícula nº 7612, de PL/GAM-35 para o PL/GAM-38, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de Outubro de 2014 (MD - 2ª Secretaria).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2022, de 17 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MIRIAM STORI BARBISAN, matrícula nº 4658, de PL/GAM-75 para o PL/GAM-81, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de Outubro de 2014 (MD - 2ª Secretaria).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2023, de 17 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR IVAIR JOSÉ CHELEST**, matrícula nº 6774, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera - Florianópolis).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2024, de 17 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JOAO LUIZ KARAM**, matrícula nº 3287, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Nilson Gonçalves - Florianópolis).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2025, de 17 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora NEILA FATIMA KARAM, matrícula nº 3761, de PL/GAB-73 para o PL/GAB-79, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de Outubro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2026, de 17 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR EDUARDO DA SILVA MAFRA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAC-59, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DL - CC - Comissão de Ética e Decoro Parlamentar).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2027, de 17 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** o servidor **ANTONINHO TIBURCIO GONCALVES**, matrícula nº 3962, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência, código PL/DAS-8, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, CASSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA, no período de 15 de outubro a 05 de novembro de 2014 (CGP - Chefe de Gabinete da Presidência).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 0265.2/2014**

"Veda a publicação de pesquisas eleitorais no território catarinense."

Art. 1º. Fica vedada no território catarinense, a publicação de pesquisas eleitorais, mesmo registradas no Tribunal Regional Eleitoral, em qualquer veículo de comunicação.

Art. 2º. Aplica-se a regra prevista nesta Lei, para eleições Estadual e Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Gilmar Knaesel

Lido no Expediente  
Sessão de 14/10/14

JUSTIFICATIVA:

Senhor Deputado PRESIDENTE  
Senhoras e Senhores DEPUTADOS,  
Membros deste Poder Legislativo.

A Constituição Federal trás uma concepção de democrática com contornos singulares, que marca profundamente as noções de liberdade e igualdade, pela soberania popular e pelo pluralismo político.

Com isso todo cidadão deve ter com igual respeito e consideração a possibilidade de que cada um faça sua própria escolha sem sofrer influência através de pesquisas eleitorais, respeitando a lisura e transparência do pleito eleitoral.

No primeiro turno das eleições 2014, no último dia 5 de outubro,

foram constatadas divergências graves em pesquisas eleitorais realizadas por institutos renomados e divulgados pelos meios de comunicação de massa.

Como estas pesquisas podem influenciar a decisão de eleitores, é

necessário que os critérios para sua divulgação obedeçam um rigor, não podendo incorrer em erros maiores do que a margem estipulada, prejudicando candidatos que estão cumprindo com suas obrigações.

A divulgação de uma pesquisa às vésperas do pleito não permite aos partidos políticos a constatação da veracidade dos dados, métodos adotados e prováveis erros que possam causar efeitos danosos ao processo eleitoral brasileiro.

Não é adequado que a legislação permita a desinformação do eleitor permitindo a divulgação de dados que pode mudar os rumos de uma eleição, impactando no resultado, colocando em risco a democracia.

Não cabe em nosso processo eleitoral a veiculação de dados apresentados ao eleitor como verdade incontestável, que posteriormente dissintam

acentuadamente do resultado das urnas.

Nosso sistema eleitoral, controlado pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais é reconhecido mundialmente pela eficiência e transparência e não há espaço para eventuais irregularidades que possam ferir sua lisura do pleito eleitoral.

Sala das Sessões, em

Deputado GILMAR KNAESEL

Deputado JOARES PONTICELLI

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0266.3/2014**

Declara de utilidade pública a Associação Casa Irmã Dulce, de Tijucas.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa Irmã Dulce, com sede no Município de Tijucas.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Nei Alberton Ascari

Lido no Expediente

Sessão de 14/10/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei, que visa declarar de utilidade pública a Associação Casa Irmã Dulce de Tijucas.

A entidade tem como finalidade a promoção, a integração e a defesa dos direitos dos idosos, das crianças e dos adolescentes, visando resgatar a dignidade humana, a justiça, a igualdade social, a solidariedade das famílias e as crianças carentes, que se encontram em situação de risco.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a Associação Casa Irmã Dulce usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

Deputado José Nei Alberton Ascari

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0267.4/2014**

Concede o título de Cidadão Catarinense ao Doutor Gerald Degen.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Doutor Gerald Degen

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 15/10/14

JUSTIFICATIVA

Gerald Degen, 44 anos, trabalha no BMW Group há 16 anos. Em janeiro de 2013 veio para o Brasil com a responsabilidade da implantação e operação da nova Fábrica BMW construído em Santa Catarina, no município de Araquari. Se tornando já um catari nense.

Graduado e Ph.D. em Engenharia Mecânica pela Universidade Técnica de Munique. O executivo começou sua carreira como engenheiro de qualidade na Fábrica BMW de Munique, Alemanha. Depois disto, trabalhou como líder de projeto na equipe de lançamento da nova Fábrica BMW em Leipzig (Alemanha) e também como diretor de Montagem Final. De 2007 a 2010 foi Vice Presidente da Fábrica BMW em Shenyang, China.

Recebeu premiações do Grupo BMW por Atividades Sociais, teve a honra de ser professor visitante na Faculdade He de Oftalmologia e Ciências Visuais (Shenyang) e deu palestras para alunos de MBA na famosa Universidade Tsinghua em Beijing.

Como Vice Presidente de Sistemas de Produção Enxuta, Gerald Degen foi responsável pelo programa de Lean Manufacturing do Grupo BMW até final de 2012.

O que se quer premiar e associar a Santa Catarina é o exemplo, desafiador e investidor capaz de projetar o Estado de Santa Catarina. O que se quer é agradecer ao Dr. Gerald Degen pela aposta e o exemplo que dá aos outros, gerenciando este empreendimento e dizendo que aqui é um lugar que vale a pena investir e morar.

Deputado Kennedy Nunes

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 268/14****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1544**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o projeto de lei que "Institui o Dia Estadual da Mulher Policial Civil".

Florianópolis, 14 de outubro de 2014.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 16/10/14

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA****GABINETE DO SECRETÁRIO,****EM N 2155.13/GABS/SSP**

Florianópolis, 23 de setembro de 2014

Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o **Processo PCSC 60595/2014**, que capeia **Ofício nº 0525/GAB/DGPC/2014**, do Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, tratando de **proposta de Projeto de Lei Ordinária, que visa instituir o Dia Estadual da Mulher Policial Civil**, a ser comemorado no Estado, anualmente, no segundo sábado do mês de setembro, passando a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina, conforme exposto a seguir:

2. O objetivo da proposição é reconhecer e valorizar de forma expressa o exercício do mister Policial Civil pelas mulheres que integram a instituição, por meio da fixação de uma data anual comemorativa coincidente com o período em que são realizados, há mais de 20 anos, os encontros da mulher civil catarinense, nos quais surgem políticas voltadas as mulheres adotadas no âmbito da instituição e que resultam num melhor atendimento ao cidadão catarinense.

3. Como é notório que as mulheres são extremamente capazes e de grande sensibilidade no trato com as pessoas e vem ocupando cada vez mais espaço no mercado de trabalho no mundo, consequência de suas indiscutíveis virtudes. Tal avanço e decorrente também da determinação e disciplina da mulher que, ao competir em pé de igualdade com os homens, passou a transformar o ambiente laboral das mais variadas profissões e, ao mesmo tempo, a despertar interesse de outras tantas por profissões em que nenhuma mulher antes se via exercendo. Este cenário salutar e transformador também se verifica na Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

4. Hoje, na Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, dos 3.460 policiais em atividade, 1.094 é do sexo feminino, o que representa 31,61% do efetivo.

5. O quantitativo de mulheres no quadro funcional da instituição tem produzido reflexos qualitativos significantes nos serviços prestados, mormente por conta dos atributos das mulheres já destacados. É de se ressaltar ainda que o ingresso maciço de mulheres na instituição importou em mudanças de comportamento dos homens e adequação de todo ambiente de trabalho. A maioria das políticas implementadas e voltadas às mulheres policiais civis são fruto de reivindicações decorrentes dos encontros da mulher policial civil catarinense realizados anualmente, geralmente no segundo final de semana do mês de setembro. O primeiro encontro ocorreu no ano de 1990, na idade de Criciúma.

5. Como já dito, é desses encontros que saem as reivindicações visando implementação das políticas institucionais voltadas as mulheres e que, por consequência, também aprimoram os serviços prestados pela Polícia Judiciária ao cidadão catarinense, dada a constante preocupação em se prestar sempre um serviço de qualidade.

6. Nesse sentido, justo que se reconheça a importância da mulher dentro da instituição Polícia Civil através da instituição do dia comemorativo em mês no qual, há mais de 20 anos, realizam encontros objetivando a implementação de políticas voltadas às mulheres e também melhorias no ambiente de trabalho como um todo, alcançando homens e mulheres, que repercutem positivamente no serviço prestado, e que tal dia seja incluído no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

7. A proposta não gera impacto de despesas ao Estado.

8. A matéria foi instruída pelos **Pareceres nºs 343/2014** (fl. 06) e **094/APL/2014** (fls. 14/20), emitidos pela Assessoria Jurídica da Delegacia-Geral da Polícia Civil e pela Consultoria Jurídica desta Pasta, respectivamente, concluindo que o Estado é competente para disciplinar a matéria, possuindo o Chefe do Poder Executivo iniciativa para propor o tema por meio de Lei Ordinária, atendendo a todos os requisitos constitucionais e legais.

9. Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa nº 001/DIAL-SCC, de 16 de junho de 2013, instruiu-se, ainda, o Processo com o **Formulário de Verificação Procedimental** (fls. 22/23), devidamente preenchido.

10. A Minuta de Decreto segue por meio eletrônico, no endereço: [gemat@scc.sc.gov.br](mailto:gemat@scc.sc.gov.br).

Ante o exposto, considerando que a proposta em pauta reveste-se da adequada relevância e oportunidade, encaminho à consideração de Vossa Excelência os autos.

Respeitosamente,

**César Augusto Grubba**

Secretário de Estado da Segurança Pública

**PROJETO DE LEI Nº 268/2014**

Institui o Dia Estadual da Mulher Policial Civil.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Mulher Policial Civil, a ser comemorado, anualmente, no segundo sábado do mês de setembro, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Dia Estadual da Mulher Policial Civil passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 269.6/2014**

Institui o Dia Estadual de Segurança e de Saúde nas Escolas, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Segurança e de Saúde nas Escolas, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de outubro, no Estado de Santa Catarina, juntamente com Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.

Parágrafo único. Na data de que trata o *caput* deste artigo, as entidades governamentais e não governamentais poderão, em parceria com as secretarias municipais e estaduais, desenvolver atividades como:

- I - palestras;
- II - concursos de frase ou redação;
- III - eleição de Cipeiro escolar;
- IV - visitas em empresas.

Art. 2º O Dia Estadual de Segurança e de Saúde nas Escolas passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 16/10/14

JUSTIFICATIVA

A Lei Federal nº 12.645 de 16 de maio de 2012 instituiu 10 de Outubro como o Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas, ou seja, estabeleceu um dia a ser dedicado ao tratamento dessa temática no ambiente escolar.

Tradicionalmente, as expressões segurança e saúde vêm sendo empregadas em conjunto para designar uma problemática associada ao mundo do trabalho, com pouca inserção na realidade escolar. Cada vez mais, no entanto, percebe-se que o desafio de promover a segurança e a saúde dos trabalhadores precisa ganhar novas dimensões e ser estendido a outros agentes, uma vez que as ações convencionais não estão conseguindo promover suficientemente a saúde e a segurança dos trabalhadores. Talvez isso aconteça porque as estratégias de enfrentamento que vêm sendo utilizadas estejam ancoradas muito mais em bases de remediação do que de educação e prevenção.

Atualmente, nosso modelo de proteção ao trabalhador está baseado, sobretudo, em estudos, regulamentações, fiscalização, multas e indenizações, um conjunto de ações que não tem sido capaz de resolver o problema da alta incidência dos acidentes de trabalho.

Segundo dados da Previdência Social, o número de acidentes de trabalho registrados no Brasil aumentou de 709.474 casos em 2010 para 711.164 em 2011. Na composição desses números há um enorme contingente de óbitos (2.884 registrados em 2011) e aumento na incidência de casos envolvendo pessoas de até 19 anos (passou de 22.971 em 2010 para 23.850 em 2011, aproximadamente 66 casos por dia). Esses dados, por si só, mostram o quanto é importante que a problemática da segurança e saúde do trabalhador não se restrinja ao mundo do trabalho, mas passe a ser incorporada o mais cedo possível no cotidiano dos nossos alunos.

O Dia Estadual da Segurança e Saúde nas escolas tem justamente esse objetivo de promover a aproximação entre a escola e o mundo da segurança e saúde do trabalhador, o aprendizado deve levar os alunos a compreenderem que os conteúdos sobre SST são para a sua qualidade de vida e não somente para evitar acidentes e/ou doenças relacionadas ao trabalho. Sendo que, o ensino da saúde e segurança pode se dar com atividades que abordem os temas meio ambiente, primeiros socorros, doenças do trabalho, combate a incêndio, função da CIPA, importância dos equipamentos de proteção, entre outros.

Dessa forma, peço o apoio dos nobres Senhores Deputados para o acolhimento da presente proposta.

Deputado Darci de Matos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0270.0/2014**

Institui o Dia Estadual de Conscientização para Prevenção em Casos de Catástrofes, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Conscientização para Prevenção em Casos de Catástrofes, a ser comemorado, anualmente, no dia 05 de junho, no Estado de Santa Catarina, juntamente com Dia Mundial do Meio Ambiente.

Parágrafo único. A data comemorativa de que trata o *caput* deste artigo destina-se, especialmente, à promoção de atividades voltadas à conscientização para prevenção em casos de catástrofes.

Art. 2º O Dia Estadual de Conscientização para Prevenção em Casos de Catástrofes passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 16/10/14

JUSTIFICATIVA

Um estudo publicado pelo Banco Mundial, em novembro de 2012, prova que o Brasil não está fora do mapa de grandes desastres naturais.

Segundo as pesquisas feitas com base nas tragédias de Santa Catarina em 2008, Alagoas e Pernambuco em 2010, e Rio de Janeiro em 2011, os prejuízos com esses desastres naturais foram de aproximadamente 15 bilhões de reais.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, até junho de 2013, o Brasil sofreu mais de 30 maldesastres naturais nos últimos 22 anos, o que corresponde a uma média de 1.363 catástrofes por ano, quase 115 ao mês.

O Estado de Santa Catarina está entre os estados brasileiros mais atingidos pelos desastres nos últimos anos, registrando 12,2 de todas as catástrofes ocorridas no Brasil entre 1991 e 2010.

Entre os maiores e mais recentes desastres registrados no Estado estão as enchentes de 2008, que afetaram cerca de 60 cidades e mais de 1,5 milhão de pessoas. A queda do Morro do Baú, no Município de Ilhota, foi uma tragédia que comoveu os catarinenses e teve repercussão mundial.

Durante o mês de setembro de 2013, dados da Defesa Civil estadual, apontavam 72 cidades atingidas pelas chuvas e mais de 20 mil pessoas e 4 mil residências afetadas em Santa Catarina. O Vale do Itajaí foi a região mais prejudicada, sendo que as cidades de Agronômica, Laurentino, Lontras, Presidente Getúlio e Rio do Sul decretaram estado de calamidade pública. Já no Planalto, Porto União, Irineópolis e Mafra ficaram em nível de alerta.

Assim como outras regiões do Estado, Barra Velha também sofreu com as cheias de diversos anos e com o tornado em 2010.

Porém, quando ocorrem tragédias assim, o impacto mais forte é sentido pela população de baixa renda que vive em áreas de risco.

Ainda que seja impossível evitar que os fenômenos naturais aconteçam, é possível prevenir os desastres com planejamento da ocupação do solo, com políticas públicas de moradia, educação ambiental e cumprimento das leis que regulam o uso do solo e do meio ambiente.

Nesse sentido, faz-se necessário que manuais sejam distribuídos em todo o Estado a fim de que a população seja orientada e conscientizada sobre a importância de suas ações junto à natureza para minimizar os efeitos que ações humanas provocam, bem como para saber como agir diante dos eventos naturais.

Dessa forma, peço o apoio dos nobres Senhores Deputados para o acolhimento da presente proposta.

Deputado Darci de Matos

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0271.0/2014

Dispõe sobre o exercício da atividade de Agente de Trânsito e a criação do Fundo de Aperfeiçoamento dos Profissionais do Trânsito (FAPT), no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o exercício da atividade de Agente de Trânsito, a que se referem o § 10 do art. 144 da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 82, de 16 de julho de 2014, e a Lei nacional nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e sobre a criação do Fundo de Aperfeiçoamento dos Profissionais do Trânsito (FAPT), no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Considera-se Agente de Trânsito, para os efeitos desta Lei, o detentor de cargo ou emprego público, investido em razão de concurso público, ainda que sob nomenclatura distinta, e que exerça a fiscalização de trânsito em nível municipal.

Art. 2º A atividade de Agente de Trânsito deve ser exercida exclusivamente por detentor de cargo público efetivo ou de emprego público permanente, nomeados ou admitidos na forma do inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 3º São requisitos indispensáveis para o exercício da atividade de Agente de Trânsito:

- I - ter ensino superior completo;
- II - possuir carteira nacional de habilitação, na categoria AB;
- III - realizar teste de aptidão física;
- IV - realizar teste de avaliação psicológica para constatar o perfil para exercer o cargo;
- V - frequentar curso de reciclagem a cada 02 (dois) anos de, no mínimo, 100 (cem) horas/aula;
- VI - estar habilitado por curso de formação de, no mínimo, 300 (trezentas) horas de ensino teórico e 100 (cem) horas de ensino prático; e
- VII - ter sido submetido à investigação social de caráter eliminatório.

§ 1º O treinamento profissional do Agente de Trânsito será custeado pelo órgão ou entidade a cujo quadro de pessoal este estiver subordinado, com carga horária mínima de 300 (trezentas) horas de ensino teórico e 100 (cem) horas de ensino prático.

§ 2º O treinamento dos Agentes de Trânsito deve ser ministrado por profissionais especializados e que possuam experiência comprovada, nas seguintes disciplinas:

- I - noções de Direito;
- II - legislação penal e processual penal;
- III - legislação de trânsito;
- IV - direitos humanos e cidadania;
- V - técnicas de abordagem;
- VI - direção segura e em situação de emergência;
- VII - técnicas de primeiros socorros;
- VIII - proteção ao meio ambiente; e

IX - relacionamento interpessoal e conduta ético-profissional.

Art. 4º A habilitação para o exercício da atividade de Agente de Trânsito e a respectiva cédula de identidade funcional, válida em todo o território brasileiro, será expedida pelo Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (DETRAN/SC).

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Agente de Trânsito:

- I - executar a fiscalização de trânsito, autuar, aplicar as penalidades de advertência por escrito e, ainda, as multas e medidas administrativas cabíveis, lavrando o Auto de Infração de Trânsito;
- II - interromper, mediante gestos, pelo uso de instrumentos sonoros ou por outra forma de sinalização, a movimentação de veículos que circulem por logradouros públicos situados em sua área de atuação;
- III - requisitar do condutor, para verificação, a exibição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) e outros documentos específicos necessários à circulação de veículos automotores, bem como averiguar os equipamentos obrigatórios do veículo;
- IV - prestar orientação aos condutores de veículo automotor, ciclistas, pedestres e comunidade em geral;
- V - efetuar diligências, blitz diurnas e noturnas;
- VI - atender ocorrências de trânsito com danos materiais sem lesões corporais, lavrando o boletim de ocorrência para os devidos fins;
- VII - participar, com outros órgãos e esferas do Poder Público, de ações coordenadas de fiscalização e educação no trânsito;
- VIII - realizar serviços internos e externos, inclusive informatizados, relacionados com a Administração do Sistema de Trânsito e Transportes do Município, bem como tarefas administrativas inerentes ao cargo e/ou prestar apoio em salas operacionais de trânsito;

IX - fiscalizar e promover a retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade ou que possa gerar transtornos à sinalização viária, ou que venha a obstruir ou interromper a livre circulação, comprometendo a segurança do trânsito;

X - providenciar a sinalização de emergência e/ou medidas de reorientação do trânsito em casos de acidentes, alagamentos, panes semafóricas e modificações temporárias da circulação;

XI - auxiliar, por meio de apoio operacional e fiscalização, a realização de eventos em vias públicas, por parte da comunidade, órgãos públicos e outros, mediante solicitação e autorização prévia das Secretarias Municipais de Trânsito ou órgão equivalente;

XII - trabalhar em equipe de educação para o trânsito, realizando palestras e atividades educativas em escolas, empresas ou demais entidades da comunidade;

XIII - apoiar a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) e Polícia Civil de Santa Catarina nos acidentes de trânsito com vítimas,

XIV - conduzir viaturas caracterizadas e, obrigatoriamente, possuir curso de condução de veículos de emergência conferido por empresas especializadas; e

XV - sugerir, junto às coordenações, alterações de vias, bem como de sinalização.

Parágrafo único. Os atos praticados pelos Agentes de Trânsito no exercício de suas competências revestem-se de fé pública e gozam de presunção de legitimidade.

Art. 6º São prerrogativas dos Agentes de Trânsito:

I - jornada de trabalho máxima de 30 (trinta) horas semanais, sendo 6 (seis) horas diárias, em turno de revezamento, atendendo a comunidade durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, podendo a chefia de Fiscalização, de acordo com a necessidade do serviço, convocar para operações especiais e/ou de emergência os Agentes de Trânsito que estejam em atividades administrativas;

II - adicional de risco de vida de 100% (cem por cento) sobre o vencimento básico;

III - adicional de insalubridade de grau médio sobre o vencimento básico;

IV - recebimento do uniforme privativo, de instrumentos e dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) indispensáveis ao exercício de suas atribuições e, inclusive, de equipamentos não letais para a própria defesa, sem ônus para o servidor;

V - autonomia no exercício das competências estabelecidas no art. 6º desta Lei; e

VI - assistência médica, psicológica e jurídica, quando em exercício, sem qualquer ônus.

§ 1º O exercício da atividade de Agente de Trânsito é considerado penoso e perigoso para todos os efeitos legais.

§ 2º O adicional de insalubridade decorre de apoio ao atendimento do SAMU, de exposição a ruídos e intempéries climáticas, independente do adicional de risco de vida.

Art. 7º Os Municípios criarão planos de carreira para os Agentes de Trânsito, respeitando as peculiaridades do cargo.

Art. 8º É vedado aos Agentes de Trânsito:

I - valer-se de sua competência como instrumento de perseguição, abuso de autoridade, coação ou ameaça a condutores de veículos;

II - portar-se de maneira inadequada, desrespeitosa ou não condizente com as condutas sociais;

III - deixar de cumprir as determinações operacionais das chefias e/ou coordenações, colocando em risco a circulação de veículos e pedestres;

IV - deixar de utilizar os equipamentos obrigatórios de proteção fornecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único. A Administração Pública deverá, obrigatoriamente, instaurar processo administrativo para aplicação de advertências, exoneração ou demissão do Agente de Trânsito, observando o devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei.

Art. 9º O Regulamento Disciplinar da Carreira de Agente de Trânsito será elaborado em até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da publicação desta Lei, pelo Diretor-Geral do DETRAN/SC, e submetido à aprovação do Governador do Estado, devendo conter, obrigatoriamente:

I - os direitos, deveres e obrigações do Agente de Trânsito;

II - as proibições concernentes à atividade;

III - as normas de utilização de equipamentos e viaturas oficiais;

IV - as condições de utilização de uniformes, distintivos e brasões privativos dos integrantes da carreira; e

V - os tipos de uniformes e identificações funcionais, em consonância com os modelos e padrões internacionalmente convencionados.

Parágrafo único. O uniforme dos agentes de trânsito deve ser, predominantemente, nas cores amarelo ouro e preto.

Art. 10. Fica criado o Fundo de Aperfeiçoamento dos Profissionais do Trânsito (FAPT), destinado a custear o aperfeiçoamento profissional dos ocupantes de cargos ou titulares de empregos públicos que desempenhem suas atividades nas áreas de engenharia, educação e fiscalização do trânsito.

Parágrafo único. O FAPT será administrado e regulamentado no âmbito de cada município catarinense e compreenderá receitas decorrentes da destinação de percentagem não inferior a 5% (cinco por cento) da arrecadação resultante de multas de trânsito, bem como de outras fontes indicadas pelo Poder Executivo local.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 16/10/14

#### JUSTIFICATIVA

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, o presente Projeto de Lei que regulamenta o exercício da atividade de Agente de Trânsito no Estado de Santa Catarina.

Ao contrário do que poderia parecer, a natureza pública de determinada atividade profissional não constitui circunstância que impeça o Estado de legislar a respeito das condições de seu exercício, sob o argumento de que se estaria rompendo a autonomia constitucional dos entes públicos. A inexistência dessa restrição pode ser demonstrada a partir do exame do seguinte acórdão, expedido pelo Superior Tribunal de Justiça, pouco depois da promulgação da Carta de 1988:

*“Administrativo - Inexiste obrigação de natureza constitucional ou legal no sentido de que, regulamentada uma profissão, as entidades públicas criem em seus Quadros e Tabelas cargos e empregos a ela correspondentes. Mandado de Injunção indeferido.” (MI nº 18/DF, relator o Ministro Armando RoleMBERG)*

Tal entendimento promove, ao nosso ver, a necessária adequação entre o exercício da competência atribuída à União no sentido de regulamentar profissões e a autonomia de cada ente federativo. Interpretada sob esse ponto de vista, a Carta autorizaria o Estado a regulamentar, inclusive, profissões cujo exercício é próprio de servidores públicos, uma vez que a legislação daí decorrente não acarreta obrigação aos Municípios, no sentido de incorporarem os respectivos profissionais a seus quadros de pessoal.

Superada, portanto, a questão de sua admissibilidade, é preciso deixar suficientemente clara a oportunidade e a conveniência da legislação que ora se pretende ver aprovada. Trata-se de profissão que

envolve a preservação de vidas, na medida em que possui relação imediata com uma das maiores causas de morte na realidade brasileira, a propalada e combatida violência que, infelizmente, ainda caracteriza o trânsito de veículos nas nossas cidades.

A concessão de proteção e de garantias mínimas aos profissionais envolvidos por este Projeto de Lei constitui, a partir dessa premissa, uma necessidade que não pode mais ser protelada pelo Poder Legislativo. O Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) introduziu, entre suas melhores inovações, a municipalização do controle de trânsito, medida que ampliou em larga escala a eficácia dessa atividade, mas não produziu (e nem poderia) salvaguardas complementares como as que agora se aventam.

Assim, a presente proposição visa fixar as condições mínimas para a atividade de Agentes de Trânsito, considerando a necessidade de regulamentação do exercício desta profissão que foi criada pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, repassando aos municípios a responsabilidade da engenharia, educação e fiscalização do trânsito. Dessa forma, considerou-se, para a formulação deste projeto, a necessidade de concessão de proteção e de garantias mínimas aos profissionais envolvidos nesse trabalho diário com o trânsito em nossos municípios.

Assim, considerando a necessidade de uma política de valorização do Agente de Trânsito, que garanta padronização no reconhecimento profissional e, por parte deste, a consequente condução/orientação para ações seguras no trânsito do Estado de Santa Catarina, surge, em boa hora, o presente projeto de lei, dando viabilidade a um sistema que dispõe de todas as condições para prevenir ou coibir um dos seus maiores e mais constrangedores problemas: a sistemática transgressão, pelos condutores de veículos, das civilizadas normas impostas pelo CTB.

Dessa forma, pela importância e seriedade do assunto, peço o apoio dos nobres Senhores Deputados para o acolhimento da presente proposta.

Deputado Darci de Matos

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÕES FINAIS

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 185/2014

O Projeto de Lei nº 0185.3/2014 passa a ter a seguinte redação: “PROJETO DE LEI Nº 0185.3/2014-10-16

Declara de utilidade pública a Associação dos Corredores de Rua de Biguaçu, de Biguaçu.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Corredores de Rua de Biguaçu, com sede no Município de Biguaçu.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão

Deputado Mauro de Nadal

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 15/10/2014

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 185/2014

Declara de utilidade pública a Associação dos Corredores de Rua de Biguaçu, de Biguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Corredores de Rua de Biguaçu, com sede no Município de Biguaçu.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;  
 II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;  
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e  
 IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 202/2014

Institui o Dia Estadual de Abertura Oficial da Festa do Divino Espírito Santo, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Abertura Oficial da Festa do Divino Espírito Santo, a ser comemorado, anualmente, na quarta-feira anterior ao domingo de Pentecostes.

Parágrafo único. O Dia Estadual de que trata esta Lei passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0207.3/2014

O Projeto de Lei nº 0207.312014 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Turvo.

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a ceder o uso, a título gratuito, do imóvel do Estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 2.426, do Livro n. 2, fl. 1, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Turvo, para o Município de Turvo.

Parágrafo Único. O imóvel do Estado referido neste artigo se constitui do lote urbano n. 03, da quadra n. 08, setor 01, com a área de 1.222,40m² (um mil, duzentos e vinte e dois metros e quarenta centímetros quadrados) distante 20 metros ao Sul, da Rua Frei Gregório Dal Mont, tendo as seguintes confrontações: frente ao Oeste, na Rua Nereu Ramos, medindo 36 metros; fundos, ao Leste, com 16 metros, com terras de Ires Olivo e 20 metros, com terras de Nelson Ceconi; extremando ao Sul, com 36,40 metros, com terras de Nelson Ceconi e ao Norte, com 37,40 metros, também com terras de Nelson Ceconi, sendo que dito terreno possui 36 metros de largura até a altura dos 32 metros, daí em diante diminui na extrema norte 20 metros, seguindo então com 16 metros por mais 5,40 metros; incluindo uma edificação em alvenaria com dois pavimentos, com área total construída de 1.102m² (um mil, cento e dois metros quadrados), encontrando-se em plenas condições de habitabilidade, de acordo com Atestado de Habite-se expedido pela Prefeitura Municipal.

Art. 2º A cessão de uso será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, renovável por ato do Tribunal de Justiça, podendo ser revogada a qualquer momento por qualquer das partes.

Art. 3º O uso do imóvel será cedido por meio de Termo de Cessão de Uso, no qual deverão constar os direitos, obrigações e penalidades das partes.

Art. 4º O cessionário terá direito de uso do imóvel descrito no art. 1º desta Lei para a finalidade exclusiva de instalação de serviços municipais, vedada qualquer tipo de cessão, aluguel ou transferência, total ou parcial, de uso ou posse do Imóvel.

Art. 5º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Deputado José Nei Alberton Ascari

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 15/10/2014

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 207/2014

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Turvo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a ceder o uso, a título gratuito, do imóvel do Estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 2.426, do Livro nº 2, fl. 1, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Turvo, para o Município de Turvo.

Parágrafo único. O imóvel do Estado referido neste artigo se constitui do lote urbano nº 03, da quadra nº 08, Setor 01, com a área de 1.222,40m² (mil, duzentos e vinte e dois metros e quarenta centímetros quadrados), distante 20 metros ao Sul, da Rua Frei Gregório Dal Mont, tendo as seguintes confrontações: frente ao Oeste, na Rua Nereu Ramos, medindo 36 metros; fundos, ao Leste, com 16 metros, com terras de Ires Olivo e 20 metros, com terras de Nelson Ceconi; extremando ao Sul, com 36,40 metros, com terras de Nelson Ceconi e ao Norte, com 37,40 metros, também com terras de Nelson Ceconi, sendo que dito terreno possui 36 metros de largura até a altura dos 32 metros, daí em diante diminui na extrema norte 20 metros, seguindo então com 16 metros por mais 5,40 metros; incluindo uma edificação em alvenaria com dois pavimentos, com área total construída de 1.102m² (mil, cento e dois metros quadrados), encontrando-se em plenas condições de habitabilidade, de acordo com Atestado de Habite-se expedido pela Prefeitura Municipal.

Art. 2º A cessão de uso será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, renovável por ato do Tribunal de Justiça, podendo ser revogada a qualquer momento por qualquer das partes.

Art. 3º O uso do imóvel será cedido por meio de Termo de Cessão de Uso, no qual deverão constar os direitos, obrigações e penalidades das partes.

Art. 4º O cessionário terá direito de uso do imóvel descrito no art. 1º desta Lei para a finalidade exclusiva de instalação de serviços municipais, vedada qualquer tipo de cessão, aluguel ou transferência, total ou parcial, de uso ou posse do imóvel.

Art. 5º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem, por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 212/2014

Declara de utilidade pública a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Lauro Müller.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Lauro Müller, com sede no Município de Lauro Müller.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0220.0/2014

O caput do § 3º do art. 1º do Projeto de Lei nº 0220.0/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º .....

§ 3º Para a consecução do objetivo de que trata o **inciso II** do caput deste artigo, entende-se por inclusão financeira:

.....

Sala da Comissão,

Deputado José Nei Alberton Ascari

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 15/10/14

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 220/2014

Institui o Programa Microfinanças de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Microfinanças de Santa Catarina, que tem por objetivos:

I - possibilitar o acesso ao crédito a empreendedores populares, incentivando a geração de emprego e renda e a sua formalização, bem como a profissionais autônomos, microempreendedores individuais e pessoas jurídicas empreendedoras de atividade produtiva de micro e pequeno porte; e

II - promover a inclusão financeira da população catarinense, especialmente a de baixa renda.

§ 1º Para a consecução dos objetivos de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo, o Programa Microfinanças de Santa Catarina adotará o microcrédito produtivo e orientado, definido como aquele cujo atendimento das necessidades financeiras dos beneficiários utiliza metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

§ 2º O valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da capacidade de endividamento do beneficiário, apurado por levantamento socioeconômico.

§ 3º Para a consecução do objetivo de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, entende-se por inclusão financeira:

I - a expansão e a melhoria do acesso da população a serviços financeiros;

II - a promoção da responsabilidade financeira e o acesso à informação sobre serviços financeiros, por meio da educação financeira e do aumento da transparência; e

III - a adequação da oferta de serviços financeiros às necessidades da economia e da população.

Art. 2º Caberá à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC) a operacionalização do Programa Microfinanças de Santa Catarina, facultando-lhe atuar por intermédio das:

I - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);

II - Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP); e

III - Cooperativas Singulares e Cooperativas Centrais de Crédito.

Parágrafo único. Os requisitos para atuação das instituições de que tratam os incisos do *caput* deste artigo serão definidos pelo BADESC, sendo considerados, entre outros fatores:

I - o emprego da metodologia mencionada nos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei;

II - o desempenho social; e

III - as ações complementares ao crédito, como educação empreendedora, educação financeira e prevenção ao sobreendividamento.

Art. 3º Caberá ao BADESC disciplinar:

I - as condições de financiamento aos beneficiários do Programa Microfinanças de Santa Catarina;

II - as condições de repasse de recursos, as condições de aquisição de operações e os requisitos de atuação das instituições de que trata o art. 2º desta Lei; e

III - demais condições para a operacionalização do Programa Microfinanças de Santa Catarina.

Art. 4º O BADESC poderá, na operacionalização do Programa Microfinanças de Santa Catarina, empregar:

I - recursos próprios;

II - fundos ou programas oficiais;

III - orçamentos federal, estadual ou municipais;

IV - recursos de organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento;

V - recursos oriundos dos depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças; e

VI - outros recursos definidos por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Fica o BADESC autorizado a constituir, administrar e gerir fundo garantidor de risco de crédito, com a finalidade de garantir o risco, total ou parcial, das operações realizadas no âmbito do Programa Microfinanças de Santa Catarina.

§ 1º O fundo de que trata o *caput* deste artigo terá personalidade jurídica própria e natureza privada.

§ 2º O fundo de que trata o *caput* deste artigo não contará com qualquer tipo de garantia ou aval do poder público ou da sua administradora e responderá por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes de seu patrimônio.

Art. 6º Fica o BADESC autorizado a participar, no limite global de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) do fundo de que trata o art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. A integralização de cotas pelo BADESC será autorizada por ato de sua Diretoria.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 231/2014

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Segurança Pública (ACSP), de Capinzal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Segurança Pública (ACSP), de Capinzal.

Art. 2º A entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0234.6/2014

O Projeto de Lei nº 0234.6/2014 passa a ter a seguinte redação:

“PROJETO DE LEI Nº 0234.6/2014

Denomina Heryberto Barzan a Rodovia SC-100, no Município de Laguna.

Art. 1º Fica denominada Heryberto Barzan a Rodovia SC-100, compreendida entre o Km 0 (quilômetro Zero) e o Km 15,9 (quilômetro quinze vírgula nove), no Município de Laguna.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão,

Deputado José Nei Alberton Ascari

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 15/10/14

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 15/10/14

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 234/2014

Denomina Heryberto Barzan a Rodovia SC-100, no Município de Laguna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica denominada Heryberto Barzan a Rodovia SC-100, compreendida entre o Km 0 (quilômetro zero) e o Km 15,9 (quilômetro quinze vírgula nove), no Município de Laguna.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 249/2014

Altera a Lei nº 13.287, de 2005, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Pavilhão da Caridade - Creche Lar Maria Ofélia Guimarães, de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º A Lei nº 13.287, 10 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Sociedade Pavilhão da Caridade, de Joinville.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Pavilhão da Caridade, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º A entidade de que trata o art. 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*